



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

ATA 01/2025

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e quarenta e quatro minutos realizou-se na sala do Palácio Real, da Confraria Nossa Senhora da Nazaré, no Sítio da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José Alexandre Serra Sales e secretariada Anabela Delgado Zarro Balau e João Pedro Azevedo Pessa. -----

*Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores: Maria Celeste Ferreira Cardador, José Carlos Petisca Pereira, Ricardo Jorge Batista dos Santos, Ricardo António Mafra Germano Esgaio, Valter José Lameiro Soares, Teresa Alexandra Santos Ferreira e Joaquim Alfredo do Carmo Alexandre Macatrão - **eleitos pelo Partido Socialista**; Tânia Gandaio da Silva, Nuno Filipe Figueiredo dos Santos, António Absalão Ova dos Santos, Rui Pedro Marques Venâncio, e Susana Dinis Gonçalo - **eleitos pelo Partido Social Democrata**; Sara Louraço Vidal Correia da Silva, Samuel António Constantino Fialho e Helena Isabel Copa da Silva - **eleitos pela Coligação Democrática Unitária**; Telma Laborinho Ferreira - **eleita pelo Bloco de Esquerda**; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga, respetivamente, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, e da Nazaré, e a Senhora **Elsa Margarida Oliveira Lino Nascimento Matos**, representante legal do Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades. -----*

***Solicitaram a substituição os Membros:** Jorge Ribeiro (BE); Cândida Coelho (PSD) – suspensão de mandato por oito dias; Vasco Sousa (CDU) Helena Vaz (PSD) suspensão de mandato por oito dias; Sofia Boleixa (PSD); António Manuel Silvério Teixeira (PSD).*

*Esteve presente **o executivo camarário**, composto pelos Senhores, Manuel António Águeda Sequeira, Orlando Rodrigues, Regina Piedade, Maria de Fátima Duarte, Paulo Jorge Santos Reis, Salvador Portugal Formiga e António Manuel Caria dos Santos. ----*

O Senhor Vereador João Paulo Delgado, não esteve presente na sessão, sendo substituído pelo Senhor Vereador António Manuel Caria dos Santos, em representação da CDU e justificou previamente a sua ausência. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitou a concordância de todos os membros da Assembleia Municipal para a inclusão dos pontos que se seguiram: -----

- **Ponto 141 da RC de 17.02.2025** “Modificação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal da Nazaré na Junta de Freguesia de Famalicão (Apreciação e votação) -----

- **Ponto 142 da RC de 17.02.2025** “Modificação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal da Nazaré na Junta de Freguesia da Nazaré (Apreciação e votação) -----

- **Ponto 143 da RC de 17.02.2025** “Modificação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal da Nazaré na Junta de Freguesia de Valado dos Frades (Apreciação e votação) -----

- **Relatório de Atividades referente ao ano 2024 da CPCJ da Nazaré** (Para conhecimento) -----

Aprovado por unanimidade, a inclusão dos pontos na Ordem do dia. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1. **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024** - Apreciação e votação.

Aprovada por unanimidade. -----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na referida sessão.

2. **ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024** - (Apreciação e votação).

Aprovada por unanimidade. -----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na referida sessão.

3. LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento.

1 - Intervenção do Senhor Deputado Samuel Fialho “Sobre o excessivo fluxo de visitantes no Forte de São Miguel Arcanjo” -----

“Exmo. Sr. Presidente, da Assembleia Municipal da Nazaré,

Os membros da Assembleia Municipal da Nazaré, eleitos pela Coligação Democrática Unitária (CDU), vêm por este meio solicitar esclarecimentos ao Executivo da Câmara Municipal sobre o impacto do elevado número de visitantes no estado de conservação do Forte de São Miguel Arcanjo e a necessidade de eventuais medidas para regular o acesso ao monumento. -----

O Forte de São Miguel Arcanjo é um dos mais importantes símbolos do património histórico e cultural da Nazaré. O crescente fluxo turístico e a notoriedade internacional da Nazaré como destino de ondas gigantes têm levado a um aumento exponencial de visitantes, tornando urgente avaliar os riscos associados e a implementação de medidas de controlo de entradas. -----

No seguimento de um requerimento anterior submetido pelos deputados municipais da CDU a 24 de setembro de 2024 e tendo em conta a resposta enviada pelo Sr. Vereador Salvador Formiga, nada do que foi solicitado nesse documento foi esclarecido ou sequer executado. -----

Face a esta situação, a CDU volta a requerer que o Executivo Municipal solicite formalmente ao Departamento de Cultura e Turismo um parecer técnico que inclua recomendações específicas sobre uma eventual necessidade de restrição e controlo de acessos ao Forte de São Miguel Arcanjo. Concretamente, solicitamos que este parecer aborde: -----

1. Os impactos do atual fluxo turístico na estrutura do monumento, e se a ausência de limitação de acessos pode estar a acelerar a sua degradação; -----
2. Medidas de mitigação para preservar o monumento, como definição de circuitos mais limitados ou necessidade de acompanhamento por guias especializados; -----
3. A recomendação sobre um modelo de gestão sustentável que permita equilibrar a valorização turística com a preservação do Forte de São Miguel Arcanjo a longo prazo;
4. A viabilidade da implementação de um sistema de controlo de entradas, incluindo limites diários de visitantes e eventuais restrições em períodos de maior afluência. -----

Considerando a crescente preocupação da comunidade local e a necessidade de preservar este património de valor nacional e internacional, instamos o Executivo da Câmara Municipal da Nazaré a garantir a obtenção deste parecer com a maior brevidade possível e a partilhá-lo com esta Assembleia Municipal, para que possamos acompanhar de forma responsável a gestão deste monumento. -----

Aguardamos resposta e os esclarecimentos necessários. Nazaré, 21 de fevereiro de 2025, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

INTERPELAÇÃO Á MESA:

“Sobre o requerimento da CDU relativo ao número de visitas ao Forte de São Miguel Arcanjo, -----

Antes de mais agradecer aos serviços, na pessoa da Dra. Paula a insistência que fez junto dos responsáveis do executivo camarário para se dar provimento ao requerimento sobre o número de visitas ao Forte de São Miguel Arcanjo. Este requerimento foi submetido à mesa a 24 de setembro de 2024 e ainda não tinha sido dado resposta.

Recebemos finalmente a resposta no dia 20 de fevereiro de 2025, por parte do Sr. Vereador Salvador Formiga, a quem desde já também agradecemos a resposta. -----

Porém, nada do que foi solicitado no requerimento foi respondido. O requerimento solicitava um parecer ao Departamento de Cultura e Turismo sobre o impacto do número crescente de visitantes àquele monumento e em vez disso recebemos uma informação assinada pelo vereador Salvador Formiga. Não sabemos se existem problemas de interpretação e por isso tomámos a liberdade de criar um outro requerimento para que se dê resposta efetiva àquilo que é solicitado e que novamente repito: um parecer ao Departamento de Cultura e Turismo sobre o crescente fluxo turístico que visita o Forte de São Miguel Arcanjo e potenciais impactos. Nazaré, 21 de fevereiro de 2025, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré “. -----

2 - Intervenção do Senhor Deputado Edmundo Barbosa “Renúncia de Mandato”;

“Á Assembleia Municipal da Nazaré

Nazaré 21/02/2025

Exmo. Sr. Presidente, da Mesa da Assembleia Municipal da Nazaré

De acordo com o artigo 39 alínea I do regimento da assembleia municipal da Nazaré, venho expor o seguinte:

Face á publicação feita na página do partido comunista da nazaré através do Facebook relativamente ao deputado do PSD Edmundo Barbosa, quero desde já informar que o


FL. 475

Deputado Edmundo Barbosa, não teve qualquer furo no pneu do seu automóvel, nem nunca transmitiu essa informação a quem quer que seja. -----

Por esse motivo venho desta forma desmentir cabalmente a publicação feita a meu respeito. -----

Deste modo e porque nada tenho a esconder, mesmo não tendo qualquer obrigação de o fazer, tive o cuidado de mostrar ao Presidente da Mesa da Assembleia a mensagem por mim enviada por WhatsApp no dia da Assembleia á líder da Bancada do PSD. -----

Para que fique claro, nunca alimentei não alimento nem irei alimentar "Convenientes" Cartomantes ou Tarólogos mentirosos desta vida. -----

Posto isto, e porque sou deputado municipal á quase 8 anos, cumprindo sempre com dever as minhas responsabilidades e acima de tudo respeitando todos os intervenientes, e porque tenho a consciência que na política não vale tudo e há limites, apresento aqui a minha renúncia de mandato com efeito imediato. -----

Desejo a todos o melhor trabalho em prol do concelho da Nazaré, pois afinal são os munícipes que legitimam o voto de quem os representa e não o voto único de um partido.

Aos munícipes uma palavra de apreço, pela contribuição da democracia. -----

E a reflexão para todos nós que: -----

"A partir do momento em que setores autoritários não respeitam os seus adversários, tem se início um processo de ódio contra a democracia que pede o fim dela para que o adversário e a sua posição política sejam eliminados" Edmundo Barbosa". -----

3 - Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que prestou informações sobre a "Comissão de Acompanhamento de Obras Públicas Municipais: --

- Que, a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento das Obras Públicas Municipais teve como objetivo avaliar o estado das obras em curso no concelho e garantir a transparência dos processos junto da Assembleia Municipal da Nazaré (AMN). Durante o encontro, os membros da Comissão expressaram preocupação relativamente à informação prestada sobre o número de obras em curso. -----

2. Análise da Situação -----

- Segundo os dados fornecidos pelos serviços da autarquia, foi indicada a existência de apenas uma obra em curso.

- Os membros da Comissão manifestaram dúvidas quanto à veracidade dessa informação, considerando que, segundo conhecimento prévio, existem outras obras municipais aprovadas ou em execução, incluindo algumas que podem estar suspensas ou com prazos alterados.

• Para um acompanhamento mais efetivo, considera-se essencial a identificação e listagem de todas as obras municipais aprovadas, independentemente do seu estado de execução. -----

• A ausência dos técnicos da autarquia impossibilitou esclarecimentos adicionais sobre o assunto. -----

3. Conclusões e Recomendações -----

A Comissão deliberou, por unanimidade, que se estabeleça que o acompanhamento abrange todas as obras municipais no concelho da Nazaré, independentemente do seu tipo e da fonte de financiamento, seja ele proveniente do orçamento local ou de financiamento externo. Assim, todas as obras devem ser indicadas desde o seu início até à sua finalização, incluindo o recebimento final pela autarquia. Mais deliberou, por unanimidade, recomendar o seguinte: -----

1. *Solicitação de Esclarecimentos:* propõe-se que sejam solicitados esclarecimentos adicionais às entidades competentes para confirmar o número real de obras municipais em curso no município. -----

2. *Participação dos Técnicos Municipais:* recomenda-se que, em futuras reuniões, seja assegurada a presença de representantes técnicos da autarquia para prestar informações detalhadas e evitar lacunas informativas. A sua participação é essencial para esclarecer dúvidas de imediato e fornecer dados atualizados, ou promover o seu envio, sobre todas as obras em curso. -----

3. *Acompanhamento Contínuo:* A Comissão manterá um acompanhamento regular das obras municipais, garantindo que as informações prestadas são rigorosas e transparentes. -----

4. *Informação nos Relatórios de Obras:* deve ser incluída nos relatórios de cada obra a indicação sobre o cumprimento dos prazos de pagamento, com especificação clara sobre a data e o valor de cada pagamento efetuado pelos serviços. Além disso, recomenda-se a inclusão de informações sobre eventuais atrasos, penalizações aplicadas e revisões contratuais realizadas e aprovadas. -----

4. Próxima reunião -----

Ficou assente que a próxima reunião desta comissão será realizada a 04 de abril de 2025. -----

5. Encaminhamento -----

Este relatório, bem como o relatório com a informação da obra recebido dos serviços municipais que o acompanha, será submetido à próxima sessão da Assembleia Municipal

da Nazaré para conhecimento e, se for conveniente, deliberação sobre eventuais medidas a serem tomadas. -----

Nazaré, 14 de fevereiro de 2025, a Comissão de Acompanhamento das Obras Públicas Municipais". -----

4. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

1 – Intervenção da Senhora Deputada Telma Ferreira: -----

Voto de Pesar “Pelo falecimento de Maria Teresa Horta” -----

“Faleceu no dia 4 de fevereiro, em Lisboa, a escritora e jornalista Maria Teresa Horta. O anúncio foi feito pela editora Dom Quixote, a pedido da família, acrescentando tratar-se de “uma perda de dimensões incalculáveis para a literatura portuguesa, para a poesia, o jornalismo e o feminismo, a quem Maria Teresa Horta dedicou, orgulhosamente, grande parte da sua vida”. -----

Recentemente, Maria Teresa Horta tinha sido escolhida pela BBC para a lista das “100 mulheres mais influentes e inspiradoras de todo o mundo”. Passou pelo Diário de Lisboa, A Capital, República, O Século, Diário de Notícias e Jornal de Letras e Artes, entre outras. N'A Capital esteve à frente do suplemento Literatura e Arte, por onde passaram nomes como Alexandre O'Neill, Natália Correia, Ary dos Santos, Mário Cesariny, entre tantos outros. -----

Autora de uma extensa obra, a escritora viu o seu livro de poesia Minha Senhora de Mim apreendido pela PIDE oito dias após a sua publicação. Posteriormente foi alvo de uma feroz perseguição e de um processo de pura humilhação. Chegou a ser fisicamente agredida em plena rua: “É para aprenderes a não escreveres como escreves”, disseram-lhe. -----

Foi na sequência destes acontecimentos que Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa decidiram desafiar o regime fascista e “tecer”, a seis mãos, a obra Novas Cartas Portuguesas, publicada há 50 anos. -----

O regime fascista considerou o conteúdo de Novas Cartas Portuguesas “insanavelmente pornográfico e atentatório da moral pública” e ameaçou com uma pena entre seis meses a dois anos de prisão. As “Três Marias” foram alvo de uma tentativa implacável de as humilhar e intimidar e de fingir que não se tratava de um processo político. O julgamento coincidiu com a primeira conferência internacional de mulheres, que teve lugar em Boston, entre 3 e 5 de junho de 1973. As Novas Cartas Portuguesas foram o tema central deste encontro, e adotadas como a primeira causa feminista internacional. -----

A leitura da sentença chegou a estar marcada, após um primeiro adiamento, para o dia 25 de Abril de 1974. Mas a Revolução dos Cravos fez cair o regime fascista, e a sessão final acabou por decorrer a 7 de maio de 1974, com a absolvição das três escritoras. ---

Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno estiveram na origem da criação do Movimento de Libertação das Mulheres. A manifestação organizada por este movimento a 13 de janeiro de 1975, e a violência machista com que esta foi recebida, foi ilustrativa do longo caminho ainda a percorrer no sentido da efetiva libertação das mulheres. Em 2021, a escritora recordou esse dia, que há poucas semanas fez 50 anos: "Estávamos em liberdade, mas, de repente, as mulheres foram as únicas que sentiram que afinal não havia tanta liberdade quanto isso. Liberdade só para os homens, e talvez para as mulheres que se mantivessem quietinhas e caladinhas". -----

Convidada pelo Partido Comunista Português, do qual foi militante entre 1975 e 1989, a chefiar a redação da revista Mulheres, Maria Teresa Horta entrevistou mulheres com grande reconhecimento na área da política, cultura e literatura, entre as quais figuram Marguerite Duras, Maria Bethânia, Maria de Lourdes Pintasilgo ou Marguerite Yourcenar. Esta revista tornou-se numa experiência inédita, enquanto baluarte das lutas feministas e espaço de representatividade. -----

Distinguida com inúmeros galardões, em 2011, Maria Teresa Horta, ainda que aceitando o Prémio D. Dinis, pela sua obra *As Luzes de Leonor*, recusou recebê-lo pelas mãos de Pedro Passos Coelho, a quem acusou de querer "destruir o país". -----

Sem nunca abandonar a intervenção cívica e política, Maria Teresa Horta continuou a apoiar a causa feminista, tendo sido também apoiante da candidatura de Marisa Matias às eleições presidenciais de 2021. -----

Em 2022, ofereceu um poema inédito ao Bloco de Esquerda, com o título "Nós mesmas":

Nós somos a liberdade vamos além de nós mesmas

Somos aquelas que voam não queremos a violência

...que nos impõe a desgraça nos humilha e despedaça

Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida em sessão ordinária a 21 de fevereiro de 2025, delibera: -----

Expressar o seu pesar pelo falecimento de Maria Teresa Horta, enviando condolências à família e amigos, prestando um minuto de silêncio. Representante do Bloco de Esquerda, Telma Ferreira (em caso de aprovação, a recomendação deve ser divulgada no site e redes sociais do Município, e ser remetida para conhecimento das restantes Assembleias de Freguesia)". -----

- Aprovado por unanimidade. Fez-se um minuto de silêncio. -----

- **Moção - BE** "Pelo fim de espetáculos com sofrimento animal – Tourada não é cultura".

"Considerando que:

Segundo o artigo 10º da Declaração Universal dos Direitos do Animal, aprovada pela organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e posteriormente, pela Organização das Nações Unidas (ONU), "a) -----

Nenhum animal deve ser explorado para entretenimento do homem" e "b) As exibições de animais e os espetáculos que se sirvam de animais, são incompatíveis com a dignidade do animal" -----

O artigo 1º. da Lei n. 92/95, de 12 de setembro de "Proteção dos Animais", na sua atual redação, estabelece que "são proibidas todas as violências injustificadas contra os animais, considerando-se como tais atos consistentes em que, sem necessidade, se inflige a morte, o sofrimento cruel e prolongado ou graves lesões a um animal." -----

Apesar do princípio acima afirmado, a mesma Lei, no número 2 do artigo 3º. determina para as touradas um regime de exceção legal que contradiz o estabelecido no número 1 do artigo 1º. ao afirmar: "É lícita a realização de touradas, sem prejuízo da indispensabilidade de prévia autorização do espetáculo nos termos gerais e nos estabelecidos regulamentos próprios" -----

A aprovação da Lei nº. 8/2017, de 3 de março, que estabelece um estatuto jurídico dos animais, determina expressamente que "Os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza." -----

Com a pandemia da COVID-19, todos os eventos tauromáquicos foram suspensos, tendo o setor reivindicado o retorno urgente deste tipo de eventos para garantir a sua subsistência, sabendo-se que a subsistência deste setor é garantida através de financiamento público direto e indireto, o que é incompreensível; -----

O erário público não se deve constituir como fonte de financiamento para atividades que não cumpram orientações internacionais e da legislação nacional, com a agravante destas atividades se constituírem como uma alegada fonte de divertimento e gerador de lucro; -----

A prática de atividades tauromáquicas inclui atos de violência relativamente a estes animais que implica necessariamente a exposição pública da imposição de sofrimento aos mesmos. -----

Apesar do intenso debate que este tema provoca na sociedade portuguesa, sabemos hoje que o caminho do progresso é o abandono destas práticas. A quem tem o poder de decisão, exige-se que faça escolhas e esta deve ser a de uma sociedade com padrões éticos elevados e que não aceita que o sofrimento animal seja um divertimento.

Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré reunida a 21 de fevereiro de 2025, delibera:

Instar o Governo e a Assembleia da República a adotar legislação que não permita o financiamento público de eventos que causem sofrimento animal; -----

Instar o Governo, em articulação com os Municípios, a implementar medidas de reconversão dos espaços onde atualmente se realizam estes eventos em espaços multifunções com capacidade para acolher eventos culturais e desportivos ou outros que não envolvam sofrimento animal; -----

Instar o Governo à criação de apoios aos profissionais que subsistam da realização deste tipo de eventos, tendo em vista a sua reconversão profissional. Representante do Bloco de Esquerda, Telma Ferreira”. -----

Rejeitada por maioria com dois votos favoráveis, nove votos contra e onze abstenções. –

*- **Interveio o Senhor Deputado Samuel Fialho**, para dizer que a CDU se associa completamente ao voto de pesar, porque o considera justo e pertinente e que agradecem essa iniciativa do Bloco de Esquerda, e que têm um poema que foi lido pela Senhora Deputada Helena Copa: “A CDU associa-se a este justo voto de pesar, pelo falecimento da poetisa, escritora, Maria Teresa Horta, que também foi uma militante na luta pelos direitos das mulheres. Para complementar este voto de pesar, gostaríamos de ler um poema, de Maria Teresa Horta. Este poema inédito foi escrito pela poetisa a propósito da comemoração dos cem anos do Partido Comunista Português e chama-se - Liberdade”*

“Se exijo liberdade, tenho firmeza...

Se digo liberdade, passo a mensagem...

Se afirmo a liberdade, vem a beleza...

Se escrevo liberdade, canto a coragem”. -----

***2 – Intervenção da Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que quis primeiramente agradecer à Mesa Administrativa da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, na pessoa do Senhor Presidente Nuno Batalha e a todos os que Fazem parte da Mesa e a cedência da sala para a realização da Assembleia, num local maravilhoso, com tanta história, e que dignifica os trabalhos e visa a descentralização da mesma, para junto da população, nomeadamente às pessoas do Sítio. Quis agradecer a presença da Senhora tradutora, e que espera que de futuro seja uma prática em todas as Assembleias Municipais, porque fazendo ela parte de uma instituição ligada à deficiência, naturalmente que será algo que os apraz. -----*

“Boa noite a todos, em primeiro lugar venho agradecer à Mesa Administrativa da Confraria de N.ª Sra. da Nazaré, na pessoa do seu Presidente, Nuno Batalha e agradecer pela cedência da sala onde estamos a realizar esta Assembleia num local maravilhoso e que, sem dúvida dignifica os nossos trabalhos e visa descentralizar a assembleia para junto da população. Comprimento também as senhoras que estão a fazer a linguagem

gestual pela primeira vez nesta assembleia, tornando-a mais inclusiva para todos os que nos vêm. -----

A Bancada do PSD congratula-se com o início, finalmente, da abertura do Terminal rodoviário em breve, da entrega de 6 habitações sociais no dia de hoje, do início da empreitada do funicular da Pederneira, da empreitada de conclusão do pavilhão de Famalicão, assim como das Obras para o Polo de Saúde de Famalicão, são todas obras importantes e muito esperadas por todos os munícipes do nosso concelho! -----

Já em fim de mandato, e em plena campanha eleitoral parece-nos que estes próximos meses serão profícuos em inaugurações, sessões solenes e soluções que, à boa maneira socialista virá alicerçada a uma boa promessa, e não podemos deixar de lamentar que não haja eleições autárquicas todos os anos! -----

Não consigo evitar e deixar um alerta que me foi feito por uma munícipe, que com alguma graça me abordou perguntando-me e cito: "só recuperam fontes e não tapam os buracos da estrada, não entendo!" fica o recado! -----

Lamentamos da mesma forma, que se mantenham sem solução, os problemas de estacionamento na vila da Nazaré, sendo que, compraram terrenos com vista a esse objetivo, assim como ao nível de acessibilidades de trânsito nas artérias principais da vila da Nazaré, que as Ruas e as estradas do concelho da Nazaré, dado o estado calamitoso que se encontram sirva até de Mote para Marchas de Carnaval, não esquecendo as estradas da Serra da Pescaria, que a Ladeira não seja sujeita a arranjo de fundo, como já tinham previsto em campanha eleitoral há mais de 10 anos, que não se criem mais habitação a preços acessíveis e que não tenham pensado ainda, em realizar um monumento ao Pescador, conforme já aqui foi debatido e votado por unanimidade!

Gostaríamos de saber informações sobre o andamento das obras do Tribunal e se já sabem da previsão da abertura da Fundação Mário Botas. -----

Aguardamos ansiosamente o abaixamento dos impostos, caso não haja novidades dos casos jurídicos em curso... Bom carnaval a todos". -----

3 – Intervenção do Senhor Deputado Samuel Fialho "Pela Defesa da Honra", relativamente à questão do Senhor Deputado do PSD que renunciou: -----

"Senhor presidente, senhores deputados, sentimos que a honra da nossa Coligação foi atacada pelo senhor deputado Edmundo Barbosa e por isso gostávamos de responder. A informação a que tivemos acesso no dia foi que o senhor deputado tinha tido um furo no pneu. A informação não foi inventada por nós. Temos forma de confirmar isto. Queremos dizer que o furo no pneu para nós é irrelevante. O que é relevante é o simbolismo que ele tem. Num momento crítico onde se discute e aprova ou rejeita o documento político mais importante da democracia local, é de elementar bom senso que as bancadas garantam, de todas as formas possíveis, a representação dos seus deputados. Neste caso, no

orçamento em apreço, nem é preciso explicar o porquê. Na CDU, no Partido Comunista Português, amamos a liberdade. Não é por acaso que milhares e milhares de resistentes foram presos, torturados e muitos mortos pelo regime fascista que governou Portugal até abril de 74. Carregando esse histórico de liberdade aos ombros, do qual muito nos orgulhamos, a CDU elogia todos os cidadãos que, sempre com grande impacto nas suas vidas, nas vidas das suas famílias e dos seus amigos, cumprem com responsabilidade o mandato para que foram eleitos. Todos, mas mesmo todos, são bem-vindos nesta casa da Democracia, cuja participação tem vindo a ser constantemente delapidada. É por isso que vemos esta renúncia do Sr Deputado não como uma ação contra a CDU, mas eventualmente por outros fatores. A renúncia de um mandato, qualquer que seja, é sempre uma perda para a dinâmica democrática, mas é do foro da consciência individual do eleito. Nazaré, 21 de fevereiro de 2025 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

4 - Intervenção da Senhora Deputada Sara Vidal:

1 - Declaração Política

“Muito boa noite a todos. Desejamos, como sempre, uma boa sessão de trabalho e congratular a “Língua Gestual”. -----

A CDU afirmou no final do ano de 2024 — ano que aprofundou, decisivamente, a degradação das condições de governação do PS na CMN, originando novas e demonstrando velhas e insanáveis contradições, expondo cisões, descrédito, contorcionismo, avanços, recuos, incoerências, orçamentos chumbados e abandono de alguns dos seus membros — que, perante o descalabro governativo, a degradação da vida das populações e as agressões ao património natural e edificado, a perspetiva de eleições no curto prazo e a absoluta desorientação política evidenciada, iríamos ter um início de 2025 com muitas máquinas na rua, primeiras pedras para lançar, muitas fitas para cortar, muitas inaugurações e projeções mediáticas em catadupa. Tudo isto protelado no tempo, numa pragmática e insensível gestão das reais necessidades das populações e do território, apenas para que os vários acontecimentos tivessem lugar exatamente no ano de eleições. Não nos parece que tudo isto decorra de infelizes coincidências ou seja obra do acaso! -----

Com esta nova fase da vida política e social no concelho da Nazaré, prevendo-se uma alteração muito substantiva do quadro político e institucional, já se disputam lugares, lançam-se candidaturas, especula-se muito, lançam-se os boatos do costume, mas pouco ou nada se fala dos reais problemas das pessoas, dos atentados ao património público, do desenvolvimento do território, que estratégias para o atingir, qual o seu potencial efetivo, de que forma atingiremos o tão esperado progresso social, a estabilidade e o

bem-estar das famílias. Daí que lhes sobre tempo para variados fait divers, porque o que menos conta são os munícipes e os seus problemas. -----

A CDU, como sempre, programa as batalhas eleitorais sem nunca descansar, tendo em conta o muito que está por fazer e sabendo do quadro de dificuldades agudas que as famílias estão a atravessar. -----

Há quem se lance de paraquedas sem nunca ter contribuído para a construção de uma verdadeira alternativa política, recorrendo a essa vertigem da "novidade" inócua, tão característica dos tempos que vivemos, para mascarar a ausência de trabalho de certas forças políticas. Outros há que para alijar responsabilidades que sempre foram suas, dado o apoio deliberado à governação local do PS durante mais de uma década, roem a corda no tempo certo, e com o espalhafato necessário ao efeito, para saltarem para o palco dos impolutos, dos puros, dos que tentam fazer passar um atestado de estupidez à população, acreditando que a mesma tem andado distraída sem nunca ver por onde andaram, a quem se encostaram e quem apoiaram durante tanto tempo! -----

As responsabilidades são para ser assumidas. A fuga para a frente, varrer o lixo para debaixo do tapete ou enfiar a cabeça na areia nunca foi o caminho. -----

No essencial, as candidaturas já apresentadas visam o mesmo de sempre: assegurar os grandes interesses locais e a reprodução de políticas desastrosas para a maioria da população local. Vejam-se os indicadores do "Radar Social" onde se pode verificar que desde a habitação, à educação, dos rendimentos do trabalho à concentração de riqueza, da dependência do turismo à necessidade de diversificar a economia local, os indicadores são desastrosos em toda a linha e esta é uma construção vossa: 20 anos de PSD e quase 12 de PS construíram o que temos e é por isso que têm que responder. ----

As alternativas constroem-se a pulso, passo a passo, com coerência e combatividade, nunca sem histórico para salvar a face no que concerne à ausência de trabalho ou para sacudir a água de capotes ensopados até à medula. -----

Caberá à população, mais uma vez, decidir: ou continuamos a servir uns poucos que enriquecem indefinidamente à custa da maioria ou queremos interromper este caminho e procurar um novo rumo, que servirá a maioria da população, estabelecendo os equilíbrios necessários a um futuro de esperança. -----

A alternativa necessária a este modelo é só com a CDU, que é a esperança que não fica, nem nunca ficou à espera! Constrói-se, ganha mais força e apoio a cada dia que passa!

Nazaré, 21 de fevereiro de 2025, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". -----

2 – Recomendação “Pela classificação do Promontório da Nazaré como monumento natural de interesse Nacional” - CDU

“A 26 de junho de 2020, o Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré submeteu a votação uma proposta para a classificação do Promontório da Nazaré como Monumento Natural de Interesse Nacional. A proposta foi aprovada por unanimidade, reconhecendo-se, desde então, a urgência desta classificação, não apenas do maciço rochoso, mas também da sua envolvente: encostas e falésias, a zona próxima da Praia do Norte e, no mar, o Canhão da Nazaré. Defendíamos ainda a proteção da fauna e flora desta área, essenciais para o equilíbrio ambiental e cada vez mais vulneráveis à crescente pressão turística. -----

Se, nessa altura, já estávamos cientes da complexidade deste processo, também deixámos claro que o desafio não era maior do que a importância desta classificação. No entanto, passados cinco anos, a inação do executivo camarário tem-se revelado não só uma falta de compromisso político, mas também um risco crescente para o património natural da Nazaré. A cada dia que passa, a necessidade desta classificação torna-se mais premente.

A CDU observa com profunda preocupação as transformações que têm ocorrido no Sítio da Nazaré, particularmente na zona do Largo de Nossa Senhora da Nazaré, no percurso para o Forte de São Miguel Arcanjo e na sua envolvente. Estas intervenções, conduzidas sem visão estratégica, sem respeito pelo valor histórico e natural do local e sem respeito pelo espaço público, têm descaracterizado de forma irreparável aquele que é um símbolo nacional e internacional. -----

Os sucessivos ataques a esta área são inaceitáveis. Desde a absurda proposta de instalação de um Zipline, passando pelo extravagante projecto da Associação Portuguesa do Ambiente para o Bico da Memória, até à cada vez mais permanente presença de uma roda gigante e de um ecrã gigante em frente ao Santuário - assiste-se a uma crescente banalização do espaço público e a uma desvalorização do seu valor patrimonial. -----

Passados cinco anos, pouco ou nada foi feito. Mais uma vez, o executivo do PS ignora as decisões desta assembleia soberana, que é a voz do povo da Nazaré. Quando a CDU solicitou acesso à comunicação interna relativa a este processo, verificou-se que foram dados alguns passos iniciais, incluindo a consulta com um especialista e a elaboração de uma proposta, com data de 6 de outubro de 2020. No entanto, o então presidente da Câmara, Dr. Walter Chicharro, apenas respondeu mais de um mês depois, a 24 de novembro, alegando que, devido à pandemia, o processo seria colocado em "stand-by" para ser retomado entre seis a nove meses. Desde então, nada mais foi feito. -----

Face ao exposto, a CDU recomenda ao executivo: -----

1.O avanço imediato do processo de classificação do Promontório da Nazaré como Monumento Natural de Interesse Nacional; -----

2. *Que o executivo da Câmara Municipal da Nazaré cumpra a decisão aprovada por unanimidade há cinco anos; -----*

3. *A transparência na condução deste processo, com prestação de contas à Assembleia Municipal e à população. -----*

A proteção do Promontório da Nazaré não pode continuar a ser adiada. É um dever de todos assegurar a preservação deste património natural e cultural único, garantindo que as futuras gerações herdem um território valorizado e respeitado. -----

Deve ser enviada ao executivo conforme recomendado. Nazaré, 21 de fevereiro de 2025, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

3 - Moção “Em defesa da linha do Oeste” - CDU: -----

“A empresa pública Infraestruturas de Portugal (IP) anunciou recentemente que a conclusão da modernização da Linha do Oeste, entre Torres Vedras e Caldas da Rainha, será adiada, mais uma vez, sendo que a intervenção no troço Caldas da Rainha-Louriçal, que passa pelo nosso concelho em Famalicão, Fanhais, e Valado dos Frades, ainda não está projetada e nem se vislumbra que seja tão cedo. Isto porque os 66 milhões de euros que estavam alocados para a modernização deste troço, no Programa Regional do Centro, foram redirecionados para financiar as obras entre Torres Vedras e Caldas da Rainha, que já deveriam estar concluídas em 2023. -----

De atrasos em atrasos, desde 2009 que a requalificação e modernização da Linha do Oeste tem sido uma reivindicação constante da CDU, a par da melhoria das estações e apeadeiros, a salvaguarda do património edificado e respetiva memória histórica, a diminuição no tempo das viagens e a implementação de mais horários, que respondam às necessidades das populações e permitam a conexão a outros destinos. -----

Em sentido contrário a estes objetivos fundamentais e estruturantes para o desenvolvimento integral e sustentável da nossa região, deparamo-nos com um processo lento, com atrasos e derrapagens de tempo e de orçamento, a somar à degradação e à falta de material circulante. Torna-se evidente que este é o resultado duma gestão incompetente por parte da IP, aliado ao desinteresse político dos sucessivos governos centrais no investimento ferroviário, tanto a nível regional, como nacional. Em suma, desinvestimento nas pessoas e na proteção do ambiente. -----

Concretamente no nosso concelho, o troço ferroviário tem um indiscutível valor e interesse estratégico para o desenvolvimento económico, nomeadamente da ALE de Valado dos Frades e no transporte de mercadorias, produtos agrícolas e outros bens de consumo. Por outro lado, está em causa o direito a uma mobilidade mais célere, ecológica e acessível, que só poderá beneficiar os nossos municípios, bem como as pessoas que nos queiram visitar. A circulação ferroviária vai ao encontro da urgência

em se apostar em medidas ecológicas e ambientalmente sustentáveis, como o desenvolvimento da rede de transportes públicos coletivos, acessível por todo o país, em contraponto ao desincentivo do uso do automóvel e dos combustíveis fósseis. -----

Perante a possibilidade iminente do nosso concelho ficar novamente adiado, ou mesmo suprimido, deste processo de modernização da Linha do Oeste, a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida em sessão ordinária a 21 de fevereiro de 2025, delibera: -----

1 - Instar o executivo municipal da Nazaré para que se pronuncie sobre este processo e tome as devidas diligências junto das entidades decisoras, para exigir que se concretize a modernização e eletrificação integral da Linha do Oeste, abarcando a recuperação e modernização da Estação de Valado dos Frades e dos apeadeiros de Famalicão e de Fanhais; -----

2 - Exigir à Infraestruturas de Portugal, aos Ministros das Infraestruturas e Habitação, da Coesão Territorial, bem como ao Primeiro-Ministro, que enviem todos os esforços para concluir as obras no troço entre Meleças e Caldas da Rainha e para lançar rapidamente o concurso para o troço entre as Caldas da Rainha e o Lourical.

Se aprovada, deve ser enviada ao executivo da Câmara Municipal da Nazaré, aos Srs.: Primeiro-Ministro; Ministro das Infraestruturas e Habitação; Ministro da Coesão Territorial; aos grupos Parlamentares na Assembleia da República; à CIM-Oeste; à comunicação social local, regional e nacional, para conhecimento e ainda colocado no site da Câmara Municipal da Nazaré, na sua secção de Notícias, e partilha nas suas redes sociais. Nazaré, 21 de fevereiro de 2025, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

- Aprovada por unanimidade. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos: - começou por fazer referência ao momento histórico que se vivia ali na Assembleia, no Palácio Real, e que se deverá salientar, que a partir daquele momento, se irá ter a presença de técnicos de língua gestual, com a presença das doutoras Sandra Faria e Joana Sousa, e que se estará na “vanguarda do sucesso”. Quis dar os parabéns à deputada Telma Ferreira porque sempre insistiu para que tal acontecesse. Quis realçar, que se será verdade que em 2025, se estará em momentos pré-eleitorais, não poderá deixar de referir que durante o ano de 2024, tiveram uma batalha difícil – a redução da dívida. Que, desde 01 de janeiro de 2024, até 31 de dezembro de 2024, a dívida baixou dois milhões e seiscentos mil. Que, não sendo um ano ainda pré-eleitoral, foi algo em que se empenharam desde o princípio e fruto do trabalho desenvolvido pela equipa financeira – a Dra. Helena Pola, Ricardo Carapau, Lara Taveira e politicamente, e Milton Estrelinha. Que, tem sido um trabalho difícil, mas que se tem criado condições para “deixar a casa arrumada” e baixar o limite de endividamento. -----

- Disse, relativamente à ladeira do Sítio que, será algo que será intervencionada. Sobre

a Fundação Mário Botas, informou que, pediram uma reunião e que finalmente tiveram um encontro com o Conselho de Administração e perceberam quais seriam as dificuldades que levava a que a abertura fosse sucessivamente adiada e que haverá a necessidade de contratar um curador para haver lugar à abertura da primeira exposição e que haverá garantia de que os fins de semana estarão assegurados porque já se tem preparado um conjunto de turnos para se poder cobrir essa área e que avançaram com a data de março, mas que se encontram à espera da declaração de utilidade pública. Que, sentem que existe ali, alguma inércia, que existe uma necessidade de um maior entusiasmo, por parte do Conselho de Administração e que sentem que alguns conselheiros serão na verdade dinâmicos, outros se calhar nem tanto, mas o facto será que a Fundação deveria estar a funcionar e passados tantos anos ainda continua encerrada. -----

- Sobre o Tribunal da Pederneira disse que o mesmo se encontra mesmo na fase final, e que teve acesso a essa informação por parte dos técnicos e do responsável pela empresa e que dentro em breve se encontrará a funcionar. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que insistiu e voltou a mandar um pedido ao Senhor Presidente da Nazaré Qualifica, em relação à nomeação dos elementos e quais o tipo de autuações que foram feitas e que aproveita para voltar a insistir que não foram respondidas, até à presente data. Que, também já pediu que lhe fizessem um relatório sobre o chefe das oficinas. -----

- **Interveio o Senhor Presidente de Câmara**, para dizer que relativamente à questão do promontório, disse que, iria “revisitar” o processo porque a informação que tinha seria que na verdade poderia haver a possibilidade de se avançar para outro tipo de classificação, que foi avançada. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Salvador Formiga**, para responder que recebeu o e-mail naquele dia, e que a deputada Tânia Gandaio não se encontraria devidamente esclarecida, ou entendeu que, a informação que lhe tinha chegado não seria suficiente, que reencaminhou para os serviços, onde não obteve resposta e que assim que lhe chegar essa resposta, irá encaminhar para a bancada do PSD. **Interveio a Senhora Deputada Tânia Gandaio** para dizer que, não será justificação, porque o pedido foi esclarecedor, o que foi respondido não foi o que tinha pedido e que já seria a segunda vez que fez a insistência ao mesmo. -----

- Sobre a Moção do BE, **a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, disse que, iria votar contra, porque apesar de ser amiga dos animais, terá muito orgulho em ser aficionada e gostar de touradas, dando liberdade aos deputados da bancada do PSD para votarem, como entenderem. -----

- **Interveio o Senhor Deputado Samuel Fialho**, para sobre o tema, dizer que será complexo, e que a CDU, também dará liberdade aos deputados da bancada da CDU, para votarem da maneira que entenderem. Que, do seu ponto de vista, também não se

sente bem com o espetáculo, mas que uma imposição de conclusão da tradição, e particularmente ali, no Sítio da Nazaré, não lhe parecerá ser útil. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Solicitou intervenção: -----

1 – José Manuel Ferreira Marques – “Freguesia de Famalicão”. -----

(Reprodução na íntegra da audição). -----

“Boa noite a todos. Cumprimentar o senhor Presidente, senhores vereadores, senhores deputados. Na sequência da última Assembleia Municipal de 27.12.2024, mandou a minha consciência fazer uma intervenção no período “de intervenção do público”. E porque nessa Assembleia, Senhor Presidente, dedicou tempo de antena, cerca de dez minutos à Freguesia de Famalicão, prometendo executar diversas obras, em 2025, importa tecer algumas considerações, e puxando o filme um pouco atrás, em junho de 23, os três elementos da Assembleia Municipal, representantes da Freguesia de Famalicão, deram um sinal, ao votarem contra a proposta da Câmara, em manter na sua esfera, todas as competências que são passivas de transferência. Em sede de discussão do orçamento, para 2024, a Junta de Freguesia propôs o aumento da verba afeta ao contrato de administrativo de delegação de competências em valor percentual igual ao aumento previsto no mapa do orçamento de Estado, não foi aceite. O executivo da Junta de Freguesia, coloca como condição para votar favoravelmente, a colocação em rubrica no orçamento Municipal, para a conclusão do Pavilhão Municipal, em 24, o que aconteceu. Em 24, na preparação do Orçamento Municipal para 2025, a Junta de Freguesia solicitou ao executivo camarário, que fosse incluído neste, o alargamento do cemitério e a execução do Monumento aos Combatentes, foram as duas condições. Daí em diante, mais nada foi discutido entre os executivos. Só foi tomado conhecimento pela Junta de Freguesia, no momento em que foram tornados públicos os documentos provisionais para 2025, onde não estavam incluídas as duas reivindicações da Junta de Freguesia. A posição de voto foi natural. Aliás, por dois representantes, abstiveram-se e o outro elemento renunciou ao mandato. Nem este sinal, dado pelos representantes da Freguesia fez, trilhar o executivo camarário, outro caminho. Não mudaram uma vírgula ao orçamento! Tiveram capacidade de negociar, com o Bloco de Esquerda para acolher as suas propostas, que redundou pela sua abstenção, mas não foram capazes de negociar com os elementos da sua área política, para que o orçamento fosse aprovado. Na intervenção antes da votação do orçamento, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que na anterior Assembleia Municipal, a democracia aconteceu! Apelou, quase que em ato de desespero ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, para que este não votasse contra o orçamento, prometendo que iria concretizar e, passo a citar...” alargamento do cemitério de Famalicão, Monumento aos Combatentes, Pavilhão Desportivo – a sua

conclusão, a Erpi do Centro Social da Freguesia, Polo de Saúde de Famalicão – requalificação, inclusivamente bermas da estrada do Casal Mota. Se, até aquele momento nunca estiveram disponíveis para acolher algumas destas propostas, é lógico que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia não lhe restava outro sentido de voto. E, não venham com a retórica, que este voto significa, que não quer a conclusão do Pavilhão, que não quer a requalificação do Polo de saúde, etc...este voto significa, que não concorda com a globalidade do orçamento – porque este não defende os interesses da Freguesia de Famalicão. Há um pormenor que não é de menor importância – no orçamento de 23, não estava contemplado em rubrica, o Monumento dos Combatentes. No entanto, o anterior Presidente da Câmara afirmou, para não se preocuparem, que a verba sairia de uma rubrica geral. No decorrer do ano de 23, foi dito que afinal, a obra não podia avançar porque afinal não estava inscrita em rubrica. Na última Assembleia, na sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara solicitou, à Chefe da Divisão Financeira, Dra. Helena Pola, que se a verba para o Monumento, não poderia sair de uma rubrica geral, ao que a Dra. Helena Pola, afirmou, categoricamente que, sim! Afinal, em que ficamos? Na preparação desta minha intervenção, coloquei, a mim mesmo, a pergunta – irá haver retaliações para a Freguesia de Famalicão, pelo voto contra do orçamento do Senhor Presidente da Junta? Desafio, aqui publicamente, a concretizar até ao fim deste mandato, todas as promessas que fez à Freguesia de Famalicão, na sua intervenção de 27.12. Certamente que não vai ter coragem, de não as concretizar, só porque o Presidente da Junta votou contra o orçamento. Mas, as minhas dúvidas adensaram-se depois da intervenção do Senhor Presidente na última reunião de Câmara, quando se abordou a questão do Pavilhão e em resposta ao Secretário da Junta, quando o mesmo disse que não sabia porque é que o projeto do Pavilhão não contemplava, o Senhor respondeu ... que a Junta rejeita a obra do Pavilhão, que a mesma não tem de ser ouvida. Isto não é democracia. E, apelo aqui, respeito ao Senhor Presidente da Junta, que foi 12 anos secretário da Junta de Freguesia, mais 12 anos, como Presidente da Junta de Freguesia e relembro as votações que ele e outros elementos ajudaram a que este executivo tivesse – em 2013, Famalicão deu 41,91% de votação para a Câmara Municipal ao Partido Socialista, em 2017, 59.26%, em 2021, 52.30%. E, relativamente ao Pavilhão, queria dizer ao Senhor Vereador Orlando Rodrigues, porque afirmou... “não conheço nenhum pavilhão multiusos, no Concelho da Nazaré...”, fazer um pavilhão multiusos para fazer as tasquinhas durante dois dias. As pessoas da freguesia, não são doidas! Não são esbanjadoras de dinheiros públicos. É claro, que o pavilhão com a vertente multiusos, seria para dar resposta à realização de vários eventos, inclusivamente para instituições e associações do Concelho, porque o pavilhão é municipal. Disse ainda que, o Município da Nazaré tem muito onde gastar o dinheiro e deixo-lhe uma sugestão – olhem mais para a Freguesia de Famalicão e constatarem rapidamente onde gastar esse dinheiro! Termina dizendo que integrei durante três mandatos as listas do PS, saio completamente desiludido e defraudado. Para descansar algumas mentes, afirmo aqui publicamente, que não integrarei qualquer listas nas

próximas eleições Autárquicas. No entanto, na minha condição de cidadão e por amor à minha freguesia, sempre que os interesses da mesma não estejam a ser salvaguardados cá estarei para intervir neste ou noutro órgão autárquico. Obrigado, boa noite a todos”.

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder as questões solicitadas: -----

Que, na intervenção que fez na sessão referida pelo Senhor José Marques, garantiu que aquele conjunto de obras iriam ser concretizadas, porque a população de Famalicão não terá culpa nenhuma daquilo que será a atuação do executivo da Junta. A prova será que já se encontram a dar passos no sentido de que todos aqueles projetos que foram referidos, irão ser executados pela Câmara Municipal – Pavilhão, no ano letivo de 2025-2026, para os alunos, para as associações da freguesia poderem usar. Que, nunca concordou, mas que respeitou, aquilo que era a decisão do anterior presidente – que era usar o Pavilhão para outros fins, nomeadamente as Tasquinhas. Que, convida todos a ir amanhã visitar as instalações e ver o que já se encontra feito! Um Pavilhão que à partida, as partes laterais estavam concluídas e que terão de ser refeitas, por força do uso que as tasquinhas lhe deram. Que, a Bir tem as tasquinhas fora com uma tenda e que em Famalicão isso não se passava, não vendo com bons olhos essa situação, mas que cumpria o que o anterior Presidente tinha deixado. Que, estarão em condições de fazer aquilo que pensam que será o melhor para a Freguesia de Famalicão, que será concluir esse projeto, fazer a Estátua dos Combatentes, porque segundo informação da Dra. Helena Pola poderia sair da rubrica geral. Que, não sabe o que aconteceu anteriormente, e que depois dessa informação, tranquilizou o executivo da Junta e que já foram dados passos nesse sentido. Que, a Estrada do Casal Mota, irá avançar, o Polo de Saúde de Famalicão irá avançar, e todos os projetos que foram referidos, irão avançar. -----

- Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues, que depois de cumprimentar disse: que o que referiu, reafirma, porque um pavilhão desportivo será um pavilhão desportivo, gimnodesportivo, e que importa dizer, que não terá dúvidas nenhuma que a reivindicação da Junta de Freguesia de Famalicão, quer transformar aquele equipamento num espaço “multiusos”, vindo a adiar aquilo que será a obra ou a conclusão da mesma. Que se estará a falar, do aumento substancial de verbas que o presidente anterior, acatou, essa perspetiva, o que tornou impossível concretizar essa obra, por questões financeiras, sendo um dos grandes problemas da casa. Que têm uma dívida de vinte e nove milhões de euros para pagar. Que, nunca colocará, questões pessoais com questões políticas e que as pessoas deverão ter “memória” sobre o que herdaram e o que existe no momento – que têm o Centro Escolar, que irão ter um Pavilhão e que terão de fazer trabalho em todas as Freguesias com recursos muito limitados. Que vê a Junta de Freguesia muito opconada para dar os inputs ao Município da Nazaré e pede que vejam vinte e dois sinais destruídos na freguesia e tendo essa competência, alerta para que façam a substituição. -----

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (Para apreciação)

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira**, que quis fazer algumas perguntas ao executivo municipal, fazendo um ponto de situação do que acordara para ser concretizado em 2025, aquando das conversações para a aprovação do orçamento:

- Qual o ponto de situação da realização dos parques infantis inclusivos? -----

- Como se encontra o processo da automatização da tarifa social da água, sendo uma medida essencial e que vai ajudar a população mais pobre, mais desfavorecida, mais carenciada? -----

- Para quando a requalificação do Parque de Habitação Social – que será inacreditável como um Município, que atualiza com limitações, terá em vigor um plano estratégico local, de habitação, pode conviver com aquela habitação? Desprezo, pelas pessoas mais necessitadas. Como é que se deixa a habitação social, chegar aquele ponto? Que será verdade que o Presidente da Câmara, Manuel Sequeira, nunca fez observações, como foram feitas pelo anterior Presidente. Que, quando questionavam o anterior Presidente, Walter Chicharro, verificavam a falta de consideração por quem habita aquelas casas, completamente degradadas, por responsabilidade do Município. Quando se questionava a Walter Chicharro, para quando a requalificação, estrutura habitacional, recebiam sempre indiretas. -----

- Para quando, a passagem de 25% para 50% do financiamento do Regulamento de apoio ao associativismo – associações culturais? -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que começou por dizer que as perguntas do PSD, se prendem com as situações de litígio, que constam do anexo da informação do Presidente: -----

- explicação em relação à questão da empresa RUCE – saber se existe mais alguma situação, uma vez que deram conta que foram iniciados os trabalhos da empreitada do teleférico? -----

- explicação sobre as duas empresas, apresentadas em último na lista, a Naturumm – Animação Turística, Unipessoal, Lda. e a empresa Peppybreeze, Unipessoal, Lda., relativamente a um concurso? Que, relativamente às atividades, disse que, não têm nada a dizer. Quanto às receitas, continuam a verificar o acréscimo com as despesas de pessoal, e que conseguiram perceber que, com alguma contensão, se consegue poupar.

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos às questões colocadas: começou por dizer que tem sempre em mente a dignidade das pessoas e que já sentiu na pele esse tipo de vivências e que sabe o que se sente, nesses cenários. Que existem situações já assinaladas para serem resolvidas. Que, já se encontram a trabalhar na reabilitação dos Parques Infantis. Sobre a questão do movimento do associativismo, disse que, existe um trabalho que se encontra a ser desenvolvido no sentido de ser apresentado um Regulamento que seja mais condigno, mais próximo da realidade, sendo os 25% atribuídos, não ser o melhor. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina Piedade**, para prestar esclarecimentos: começou por cumprimentar todos disse que no âmbito que será a sua resposta, de convidar todos a poder visitar as casas do Bairro Mãe de Água, de Habitação Social – que se será verdade que o exterior requer uma intervenção, tendo já feito uma comunicação à DOMA para iniciar os procedimentos para a reabilitação do exterior. Que, no momento e nos últimos anos, o foco tem sido o interior de cada uma das casas de quem ali vive – que têm promovido mudanças de cozinhas, de janelas, de portas, de armários, e que havendo disponibilidade e verba para o efeito se tem ido dentro das casas das pessoas. Logicamente, que isso não se reflete no exterior. Que, irá tentar promover, o elencar de todas as intervenções feitas, e fazer chegar às bancadas e também aos vereadores. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Salvador Formiga**, que relativamente à questão dos parques infantis inclusivos, disse que, disse que já teve oportunidade de falar com a Telma, e definiram qual o parque infantil que iria receber essa situação e que recebeu no Sigma Flow, um pedido de autorização aquisição desse equipamento e que pretende o acordo também da Telma Ferreira. Que, em relação à questão de Famalicão e à intervenção do município, quis dizer que, foi candidato em 2013 para a Assembleia Municipal, em 2017 foi candidato a vereador e teve responsabilidades a nível da direção das campanhas, sempre muito próximo com o Zé, e que nunca sentiu, o que ele demonstrou ali na Assembleia. Que, em 2017, estavam muito motivados, com aquilo que tinha sido o resultado da gestão Autárquica, durante esse mandato. Que, naturalmente se encontram numa mudança de ciclo, outros valores se levantam, outras coisas surgem, mas quis dizer ao Zé, no que lhe diz respeito enquanto vereador, fez coisas em Famalicão, que se calhar não fez na Nazaré. Que, andou com o vereador Orlando Rodrigues a identificar, até largas horas da manhã, a identificar os candeeiros – focos de iluminação, que tinham sido desligados, pelo PSD. Referiu também, o Centro Escolar e acrescentou que não consegue subscrever a mudança de retórica e de discurso dele e que se deve orgulhar pelo que fizeram em Famalicão durante esses 12 anos. -----

- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola**, para prestar informações: cumprimentou todos e disse que, em relação à ação da Ruce e fazendo um pequeno resumo para situar bem esse processo judicial, no processo do concurso público do Funicular, houve duas propostas que efetivamente mereceram a análise do júri – a proposta da empresa

Oliveiras, que acabou por ser a adjudicatária da obra, e a proposta da Ruce. Que, a Ruce, acabou por ser proposta a exclusão da mesma – que o valor do Alvará não seria suficiente para a espécie de trabalhos que a sua proposta apresentava. Que eles, não se conformaram com essa decisão de exclusão, que acabou por ser acatada pela Câmara Municipal, e que o relatório final foi nesse sentido, e interpuseram recurso judicial. Que, o Município da Nazaré e este ganhou essa ação. O Tribunal decidiu que o Município agiu bem, que o júri propôs bem e absolveu o Município da ação da Ruce, mas a empresa interpôs recurso dessa decisão, sendo um direito que lhes assiste e que está para apreciação do recurso. Que, paralelamente, o Município da Nazaré, fez um levantamento do efeito suspensivo desse procedimento judicial, porque o mesmo implicava por natureza da Lei que o processo administrativo parasse totalmente e que não fosse praticado mais nenhum ato, sendo que inclusivamente à data da propositura da ação já se encontrava calendarizada a data para assinatura do contrato e que foi cancelada. Que, entretanto, entrou em vigor uma medida especial de contratação pública, precisamente para os projetos financiados pelo PRR, que permitia que o legislador tivesse em atenção a urgência e a necessidade de cumprimento dos prazos, sob pena de perda de financiamento em que se estará a falar de uma obra de dez milhões, e que se acabou por se ter numa segunda fase, a hipótese de se fazer o levantamento suspensivo e que permitiu retomar administrativamente o processo. Foi feita a assinatura do contrato, foi assinado o auto de consignação e que os trabalhos decorrem momento, com normalidade. Que, o processo irá ser enviado para visto, sendo outra das situações legais, e que não terão de esperar pelo Tribunal de Contas. Que, irão aguardar pelo resultado do recurso que foi interposto e que estarão cientes que o Tribunal de Recurso irá ter o mesmo tipo de decisão que teve o Tribunal de 1ª Instância. Que em relação aos processos da Naturumm – Animação Turística, Unipessoal, Lda. e a empresa Peppybreeze, Unipessoal, Lda. disse que, foram duas empresas que apresentaram propostas no concurso dos veículos de animação turística que não mereceram atribuição de licença e não se contentando com essa decisão interpuseram recurso. Que, a Câmara já se opôs e apresentou contestação por parte do Município e que aguardam a sentença do Tribunal. **Respondendo à Dra. Tânia** sobre o processo de Carlos Tomás disse que, o mesmo não prestou qualquer tipo de serviço durante o período mencionado. Que, o Município pagou, precisamente cumprindo uma sentença judicial, porque segundo indicação dos advogados o mesmo recorreu da sentença, e se perder, terá de devolver o dinheiro que foi pago, sendo que o Tribunal entendeu que, como ele interpôs recurso, a decisão não foi definitiva e que teríamos que cumprir o contrato, mas que ele não prestou qualquer serviço e que tem ideia de que andou à volta dos catorze mil euros, mas que enviará essa informação de forma correta. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho: -----

“Senhor presidente, agradecemos desde já as informações prestadas neste ponto. Ao longo deste mandato temos tecido inúmeras críticas à forma como nos aparecem aqui um conjunto de iniciativas sem estarem minimamente enquadradas numa estratégia

definida por sector, nem tão pouco, apresentando métricas que nos permitam avaliar se estas iniciativas contribuem para a concretização dessas mesmas estratégias. Para contrariar a propaganda que antevemos, existem indicadores — que deviam estar refletidos nestas informações e não estão — e que a CDU gostava de discutir aqui. E para isso vamos basear-nos no último retrato do município lançado pelo INE em dezembro de 2024. -----

- O município continua a apresentar níveis de envelhecimento extremamente preocupantes; -----

- morreram mais 33 pessoas do que as que nasceram no nosso concelho; -----

- na educação, tudo no vermelho: -----

- a taxa bruta de escolarização no ensino básico desceu 1% face a 2023; -----

- Taxa bruta de escolarização no ensino secundário desceu 11.3 pontos percentuais face aos dados de 2023 (114,6% em 2022, 103% em 2023) - Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular: 0,6% em 2022, 4,1% em 2023. - Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário regular (%): 89,7% em 2022, 87,9% em 2023. -----

- Turismo: vemos sem dúvida números a galopar, ainda assim, na nossa opinião, não de forma proporcional com o investimento que é feito por parte do município. Há um dado curioso. Entre 2022 e 2023 a estada média manteve-se exatamente igual: 1,7 noites por turista. Até Alcobaça tem uma média maior: 1,8. Estes indicadores são a demonstração prática do modelo turístico que a CDU tem vindo a criticar ao longo destes mandatos do PS. Isto significa que em média um turista fica cá uma noite e foge para outro destino. E a pergunta que se coloca é: porquê? Pergunto aos que se dizem experts do turismo: isto é um modelo sustentável? Os milhares de euros gastos em turismo têm contribuído para aumentar a permanência dos turistas? É preciso mencionar os impactos profundamente negativos que este modelo turístico de curtíssima duração tem para o concelho sobre todos os pontos de vista? -----

- Urbanismo: 39 obras concluídas em 2022; 29 obras concluídas em 2023; a taxa de variação entre 2023 e 2022 é de -34,1%. Isto para um município que se sustenta do IMI é um indicador muitíssimo grave. Representa uma desaceleração comprovada da construção. ○ em 2022 tivemos 32 construções novas; em 2023 tivemos 15. Mas para nós o mais importante é este indicador: as construções novas para habitação familiar desceram de 2022 de 22 para 13 em 2023. Para um concelho que tem carência habitacional é mais um indicador que contribui para demonstrar o profundo desastre em que se encontra o nosso município. Mesmo a nível de licenciamento, o padrão mantém-se, verifica-se uma descida acentuada entre 2022 e 2023. -----

- Indicadores de desigualdade: os 20% mais ricos de Nazaré ganham cerca de 38 vezes mais que os 20% mais pobres; os 10% mais ricos ganham cerca de 38,3 vezes mais que

os 10% mais pobres. O que é que isto significa: um cidadão no grupo dos 20% mais pobres que por cada 100€ por mês que ganhe, um cidadão no grupo dos 20% mais ricos ganha 3.810€. Comparação mais direta: para cada 1€ ganho pelos mais pobres, os mais ricos ganham 38€. -----

Sobre a questão da dívida: -----

1. 11 anos depois demonstram o que a CDU sempre disse que era fácil fazer. Está aqui a prova. -----

2. a realidade é que os senhores decidiram colocar às costas de toda a população impostos altíssimos para poderem esbanjar dinheiro por onde quiseram! -----

3. Não deixa de ser incrível isto acontecer em pleno ano de eleições. Isto demonstra que vocês não querem saber das pessoas para nada! -----

4. Vamos ter ainda de analisar exatamente onde é que cortaram para chegar a este valor
5. Perguntamos à Dr.ª Helena Pola o que acontece se a MD Plastics for para a frente?

Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues, para responder ao solicitado: que desconhece os valores no momento, e que não tem esses dados e que serão enviados.

– **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para responder:** que relativamente ao Turismo, solicitou ao Senhor Deputado Samuel Fialho que lhe enviasse os dados, para poder fazer essa análise. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues**, relativamente à maneira como foram apresentados os dados, disse que, a responsabilidade do Município da Nazaré, será a execução a 100% da taxa bruta de escolarização? Obviamente que não! Que, serão dados parciais. Que a conclusão do ensino regular será de cerca de 87%, onde se falará de uma subtração de 13%. Perguntou, se sabiam se esses 13% dos alunos foram enquadrados em cursos profissionais fora ou dentro do Concelho? Que, na passada segunda feira, existiu o Concelho Consultivo da Escola e que as entidades se encontram disponíveis para encontrar soluções. Informou que no último ano, a desistência no ensino superior foi de 11%. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Salvador Formiga**, que em relação à questão do turismo disse que focou sem perceber se a CDU critica o modelo turístico que se tem, ou se desafia para se ir além? Que efetivamente Alcobaça terá cerca de 1.8 noites em média, a Nazaré 1.7 noites em média e que lhe parece que esse valor será praticamente insignificante, ao se comparar com aquilo que serão as dormidas na Nazaré, que serão 237 mil/ano em contraponto com aquilo que serão as dormidas em Alcobaça que terão cerca de cento e vinte mil, parecendo-lhe quase absurdo trazer o número 0,1, quando se tem mais do dobro daquilo que serão as dormidas turísticas. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que gostaria de ter a resposta por escrito sobre como irá ser processado o recebimento dessa taxa turística, nomeadamente no alojamento local? -----

- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola**, para dizer que, se o Município for condenado na ação da MD Plastics, dependendo do valor da condenação, porque o mesmo tem meios próprios e será condenado por outras ações, e se não se tiver meios diretos para fazer face a esse valor, se terá a possibilidade de acionar o FAM, porque o mesmo se encontra nos passivos contingentes. Que, se chegar a esse ponto, terá de se fazer uma alteração modificativa ao orçamento – aumenta-se o valor da receita, porque se irá receber do FAM o valor que for solicitado, e se aumentará também, o valor da despesa. Que, no limite de haver 1.5 milhões de condenação, será o que irá acontecer. -----

- **Usou da palavra o senhor Vereador Samuel Fialho** que disse que, iria partilhar com a Dra. Paula o quadro do Instituto Nacional de Estatística, que espera que seja emoldurado na Avenida Vieira Guimarães no gabinete do executivo. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

2. PROCEDIMENTO CONCURSAL – APC PRAIA DO NORTE (Para apreciação e votação)

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Samuel Fialho**: “Senhor presidente, a CDU tem uma lista longa de razões não só para votar contra este procedimento concursal, mas para o criticar de forma contundente. Não vamos ter tempo, nestes quatro minutos, de mencionar todos os argumentos que nos levam a fazer uma crítica de fundo a este documento, por isso vou centrar-me naquilo que tem de ser dito. Consideramos que este modelo de concessão não responde aos desafios reais que a Nazaré enfrenta: -----

1. O prazo de concessão de 20 anos é excessivo e desajustado, não permitindo ao município rever condições contratuais de forma atempada para ajustar esta concessão às mudanças económicas, sociais e ambientais. Reduzir este período e implementar a possibilidade de renovação mediante avaliação do desempenho do concessionário, não só seria o mais equilibrado, por garantir um compromisso sustentável que permite ao município salvaguardar os seus interesses a médio prazo, como também está em linha com o que é praticado noutros municípios (por exemplo, Costa da Caparica, Figueira da Foz, Portimão, etc.). -----

2. Adicionalmente, a proposta de pagamento de uma taxa fixa sem qualquer componente variável não favorece o interesse público. O modelo deveria prever uma taxa base fixa acompanhada de uma taxa progressiva sobre a faturação anual do concessionário. ----

3. Por fim, mas não menos importante, há uma questão incontornável e alarmante: o projecto da Praia do Norte será construído sobre uma duna, uma escolha ambientalmente irresponsável que desrespeita as dinâmicas naturais da costa e compromete a sua preservação a longo prazo. -----

Vão-nos dizer, como já disseram que misturamos tudo. Que num concurso sobre a concessão de um apoio de praia falamos sobre habitação, sobre emprego, sobre turismo, sobre erosão costeira. Como resposta dizemos apenas o seguinte: não considerar estes problemas urgentes que nos afetam enquanto concelho; não lhe passar sequer pela cabeça quando se propõe um documento deste género — isto sim é de uma irresponsabilidade sem medida e serve para juntar à longa lista de provas de que vocês não têm uma visão política integrada. É a prova de que vocês passados 11 anos continuam sem perceber que também é por este tipo de instrumentos que a política tem de dar resposta aos principais problemas das nossas pessoas. Senhor presidente, permita que me dirija aos deputados desta assembleia, aos deputados de todos os partidos. A Nazaré ainda é uma terra pequena, para o bem e para o mal. Nós conhecemo-nos uns aos outros. Eu sei que há pessoas boas em todas as bancadas. E é a essas pessoas que eu quero apelar diretamente. O que está aqui em causa é um executivo altamente fragilizado a querer abrir um concurso para 20 anos. O que na prática eles estão a fazer é a condicionar os mandatos dos próximos executivos municipais, sejam eles quem forem. Isto a poucos meses das eleições! Julgo que um projecto desta natureza deve ser debatido amplamente com a nossa comunidade. Devemos discutir que modelos de praia queremos. E estamos na altura certa para isso! É nas eleições. Portanto a nossa proposta é que se coloque este concurso em pausa; que os diferentes partidos que vão a eleições o possam ou não colocar nos seus cadernos eleitorais e, lá para outubro, teremos um executivo devidamente mandatado para dar o seguimento que quiser a este projecto. Recordo: são 20 anos que estão a ser decididos por um grupo de pessoas que está a menos de seis meses de sair do cargo. Isto não é aceitável. Não é sensato. E é às pessoas sensatas que aqui estão eu apelo diretamente. A cada deputado desta assembleia, seja de que partido for, olhos nos olhos: votem contra esta proposta”. -----

Declaração de Voto CDU:

“Sobre este ponto queremos reafirmar que não reconhecemos legitimidade ao atual executivo para, a poucos meses das próximas eleições, abrir este concurso que pretende concessionar uma área da Praia do Norte, por um período de 20 anos. Consideramos que isto, no mínimo, não é sensato. Aqui chegados, a CDU reitera que, estando a cerca de seis meses das próximas eleições autárquicas, essa seria a melhor altura para colocar na discussão pública este projecto. Desta forma, garantimos uma discussão alargada com a comunidade e, depois das eleições, o próximo executivo estaria mandatado a executar ou não esta proposta. A pressa com que este assunto nos chega faz-nos ainda mais suspeitar das reais intenções que motivam o mesmo. Ainda assim, não queremos deixar de apontar várias críticas a esta proposta. Na nossa opinião, este procedimento concursal apresenta falhas estruturais que impedem a sua adequação às necessidades urgentes com que o município da Nazaré se confronta. Embora reconheçamos a importância de dinamizar a economia local e criar novas infraestruturas de apoio balnear, consideramos que este modelo de concessão não responde aos desafios reais

que a Nazaré enfrenta. Desde logo, parece-nos que o prazo de concessão de 20 anos é excessivo e desajustado, não permitindo ao município rever condições contratuais de forma atempada para ajustar a concessão às mudanças económicas, sociais e ambientais. Por exemplo, um prazo de 10 anos, com possibilidade de renovação mediante avaliação do desempenho do concessionário, não só seria o mais equilibrado, por garantir um compromisso sustentável que permite ao município salvaguardar os seus interesses a médio prazo, como também está em linha com o que é praticado noutros municípios (por exemplo, Costa da Caparica, Figueira da Foz, Portimão, etc.). Adicionalmente, a proposta de pagamento de uma taxa fixa sem qualquer componente variável não favorece o interesse público. O modelo deveria prever uma taxa base fixa acompanhada de uma taxa progressiva sobre a faturação anual do concessionário, garantindo que o município beneficie do eventual crescimento da exploração de uma forma justa e equitativa. Para além disso, e no mínimo, os montantes arrecadados deveriam reverter para um fundo municipal de habitação, ajudando a mitigar a grave crise habitacional que afeta a Nazaré, onde o turismo tem vindo a expulsar os residentes para a periferia, como tão bem sabemos. Outro ponto crítico prende-se com o tipo de emprego que esta concessão irá gerar. Se a preocupação central do município fosse fixar famílias jovens e combater a precariedade laboral associada à sazonalidade, os critérios de adjudicação deveriam favorecer empresas que privilegiem a contratação de residentes na Nazaré, oferecendo contratos anuais e não apenas sazonais. A promoção de emprego estável contribuiria para um desenvolvimento económico mais equilibrado. A inovação e a sustentabilidade também são ignoradas neste procedimento. O concurso deveria incentivar propostas que integram tecnologia e inovação na gestão do espaço, incluindo soluções digitais para reservas e controlo de lotação da praia, reduzindo a pressão turística no Verão e melhorando a experiência dos utilizadores. Além disso, deveria existir uma exigência clara de medidas para combater a erosão costeira e minimizar o impacto ambiental da exploração, garantindo que a concessão não acelera os problemas já existentes na orla costeira. Isto parece-nos uma falha demasiado crítica para ser ignorada. A mobilidade é outro tema ignorado nestas propostas. A Praia do Norte sofre de problemas de acessibilidade, sendo fortemente dependente do transporte individual, o que agrava o congestionamento e o estacionamento e dificulta o acesso para os residentes e visitantes. A concessão deveria prever um plano de mobilidade sustentável desenvolvido pelo Município, incentivando o transporte coletivo e outras alternativas que promovessem um acesso mais eficiente e ecológico. Por fim, há uma questão incontornável e alarmante: o projecto da Praia do Norte será construído sobre uma duna, uma escolha ambientalmente irresponsável que desrespeita as dinâmicas naturais da costa e compromete a sua preservação a longo prazo. Independentemente do parecer da APA, cuja credibilidade tantas vezes teima em autodestruir, a agressão de uma estrutura dunar fragiliza ainda mais a proteção costeira e representa uma decisão que poderá ter impactos negativos irreversíveis. A CDU tem uma visão estratégica para o concelho da Nazaré e ela é materializada, também, nestes procedimentos concursais, na

medida em que eles espelham o que se pretende para o território. Neste sentido, esta concessão deveria ser um motor de desenvolvimento sustentável para a Nazaré, reduzindo a dependência do turismo sazonal, 2 criando empregos qualificados e protegendo o meio ambiente. Contudo, tal como está formulado, o modelo atual favorece a exploração privada em detrimento do interesse público, ignorando os problemas estruturais que a Nazaré enfrenta. É possível fazer melhor. Reduzir o prazo da concessão, criar um modelo de taxaço mais justo, garantir contrapartidas habitacionais, incentivar a inovação tecnológica, proteger a costa e melhorar a mobilidade são passos essenciais para um concurso verdadeiramente alinhado com as necessidades do município. Nestes termos, e por considerarmos que a proposta apresentada não serve o melhor interesse da Nazaré e dos seus habitantes, votamos contra a proposta e sua aprovação". -----

- Usou da palavra o Senhor Vereador Salvador Formiga, para prestar esclarecimentos: *que em relação à questão ambiental disse que, aquele apoio de praia será construído sobrelevado, assente em estacaria como estará definido pelas regras da APA, para evitar que tenha impacto ao nível das dunas e que consta do parecer. Que, o executivo terá mais seis meses de mandato, mas que terão mais de onze anos de governação. Que, ao dia de hoje, se haverá legitimidade, para lançar esse concurso na praia do Norte, será o atual executivo, que o deterá! Que, a Praia do Norte e toda a dinâmica e comunicação e tudo o que será feito a nível internacional e nacional, foi muito graças ao trabalho do executivo. Que, quando se fala em questões financeira, será importante dizer que não ter um apoio de praia de norte, traz despesas do ponto de vista da segurança ao Município. Que têm de pagar todos os anos a nadadores-salvadores. Que, querem avançar um apoio de praia digno e que consiga dar resposta ao que será importante do ponto de vista da comunicação. Que poderiam ter feito um concurso público, onde identificariam um determinado valor e que a partir daí, limitar a que a adjudicação fosse feita só do ponto de vista financeiro, mas que o preço terá uma valorização de 40%, têm o prazo máximo proposto para construir a estrutura, instalar e explorar o equipamento, etc. Que terão de deslocar um pluvial que trará despesas/custos que terão de assumir para garantir que efetivamente o trabalho ficará bem feito. Que, existem todo um conjunto de pressupostos que será importante salvaguardar. -----*

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que quis colocar uma questão – *pelo custo referido pelo Senhor Salvador Formiga, iremos estar em apuros. Se o valor que irá ser retornado, pago para o dispositivo de segurança, no apoio de praia e que querem resolver com essa cedência/construção numa praia que sempre esteve na memória, como uma praia “selvagem”, perguntou, se o retorno que se irá ter desse concurso, valerá a pensa, sobre o impacto que terá? Qual será a pressa? Porque não achará sensato esperar seis meses, deixar que a proposta seja discutida nas próximas eleições e quem vier, que avance com o concurso? -----*

- Usou da palavra o Senhor Vereador Salvador Formiga, que relativamente aos impactos disse que, os mesmos serão positivos, e que para a CDU, serão negativos. *Que, ele só vê pontos positivos. -----*

Aprovado por maioria com doze votos a favor, nove votos contra e uma abstenção. ----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio para em jeito de declaração de voto dizer: *que o PSD não será a desfavor da iniciativa privada, mas pelo contrário. Que, não terão nada contra a questão do concurso em si, no entanto não poderão deixar de dizer, que tal como, a bancada da CDU, não concordam com o prazo que foi ali mencionado. Que, além disso, a Nazaré e os nazarenos, reconhecem que existe um longo rasto de concessões dadas que sendo, em projeto pequenas, rapidamente se transformam em verdadeiros parques de diversões, em que o público rapidamente se transforma em privado. Que, o Senhor Vereador refere a utilização dos Wc's, mas que basta olhar para a marginal para se verificar que as duas concessões, onde supostamente haviam balneários e a utilização de Wc's públicos, deixaram de o ser, na sua opinião. Que, tudo o que será permitido de utilização pública passará a ser privado, dando lugar e na sua opinião, a verdadeiros donos da praia. Que, não concordam com esse tipo de prazo de concessões. Que consideram, que a iniciativa privada, deverá ter um tempo, terá que haver regras, e que o facto de haver ali, uma concessão, terá de ser uma concessão e não um verdadeiro parque hoteleiro. -----*

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar declaração de voto contra, no ponto 2 e 3, desta Assembleia de 21 de fevereiro de 2025 – Procedimento Concursal – APC Praia do Norte e Praia do Salgado, pelas seguintes razões: -----

A Bancada do PSD votou contra os pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal realizada no dia 21 de fevereiro de 2025, relativos ao procedimento concursal para a concessão de serviços nas praias do Norte e do Salgado. -----

Desde já, sublinhamos que não estamos contra a iniciativa privada, nem contra a realização de concursos públicos para a exploração de atividades de apoio balnear. Acreditamos na importância de parcerias que valorizem o território, promovam o turismo de qualidade e assegurem serviços essenciais aos utentes. -----

Contudo, já é longo o historial de concessões atribuídas com propósitos limitados que rapidamente se transformam em verdadeiros “parques de diversões”, desvirtuando o espírito original das concessões. Em muitos casos, os concessionários acabam por se comportar como verdadeiros “donos da praia”, apropriando-se de espaços públicos e condicionando o acesso livre e democrático ao litoral. -----

Além disso, não nos parece legítimo nem prudente lançar um concurso que prevê concessões com uma duração de 20 anos, sobretudo sem que haja um debate alargado sobre os impactos dessa decisão a médio e longo prazo — tanto no domínio ambiental como no ordenamento costeiro, e na capacidade de o município ajustar políticas futuras consoante as necessidades que forem surgindo. -----

Outro ponto que nos preocupa seriamente é a falta de condições adequadas de mobilidade e acessos aos locais em causa. Tanto a Praia do Norte como a Praia do Salgado continuam a apresentar carências estruturais no que respeita a acessos rodoviários, estacionamento ordenado, mobilidade pedonal e acessibilidade para todos os utentes — incluindo pessoas com mobilidade reduzida. Avançar com concessões sem resolver previamente estas falhas estruturais é, no nosso entender, inverter prioridades e comprometer a boa gestão do espaço. -----

Também destacamos a ausência de mecanismos de auscultação pública e de diálogo com as associações locais, operadores turísticos e entidades ambientais, o que enfraquece ainda mais a legitimidade e transparência do processo em causa. -----

Para além destas preocupações, é importante referir que, no que respeita ao ponto 3 da proposta, existem dúvidas quanto à legitimidade da propriedade do terreno objeto da concessão. Esta incerteza levanta sérias questões legais e éticas sobre a viabilidade do processo, podendo expor o município e os futuros concessionários a litígios ou impasses administrativos que devem ser previamente esclarecidos, com transparência e rigor jurídica. -----

Por todas estas razões, a Bancada do PSD votou contra os pontos 2 e 3 da sessão de 21 de fevereiro de 2025. Reafirmamos a nossa defesa de um modelo de gestão das praias que respeite o ambiente, valorize o interesse público e promova o equilíbrio entre a iniciativa privada e o usufruto coletivo do património natural. Nazaré, 21 de fevereiro de 2025, O Grupo do PSD”. -----

3. PROCEDIMENTO CONCURSAL – APC PRAIA DO SALGADO (Para apreciação e votação)

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, para dizer que viu a reunião de Câmara e a intervenção da pessoa, que se intitula como proprietário e a questão da titularidade do terreno e solicitou o esclarecimento do assunto. -----

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar declaração de voto contra, no ponto 2 e 3, desta Assembleia de 21 de fevereiro de 2025 – Procedimento Concursal – APC Praia do Norte e Praia do Salgado, pelas seguintes razões: -----

A Bancada do PSD votou contra os pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal realizada no dia 21 de fevereiro de 2025, relativos ao procedimento concursal para a concessão de serviços nas praias do Norte e do Salgado. -----

Desde já, sublinhamos que não estamos contra a iniciativa privada, nem contra a realização de concursos públicos para a exploração de atividades de apoio balnear.

Acreditamos na importância de parcerias que valorizem o território, promovam o turismo de qualidade e assegurem serviços essenciais aos utentes. -----

Contudo, já é longo o historial de concessões atribuídas com propósitos limitados que rapidamente se transformam em verdadeiros “parques de diversões”, desvirtuando o espírito original das concessões. Em muitos casos, os concessionários acabam por se comportar como verdadeiros “donos da praia”, apropriando-se de espaços públicos e condicionando o acesso livre e democrático ao litoral. -----

Além disso, não nos parece legítimo nem prudente lançar um concurso que prevê concessões com uma duração de 20 anos, sobretudo sem que haja um debate alargado sobre os impactos dessa decisão a médio e longo prazo — tanto no domínio ambiental como no ordenamento costeiro, e na capacidade de o município ajustar políticas futuras consoante as necessidades que forem surgindo. -----

Outro ponto que nos preocupa seriamente é a falta de condições adequadas de mobilidade e acessos aos locais em causa. Tanto a Praia do Norte como a Praia do Salgado continuam a apresentar carências estruturais no que respeita a acessos rodoviários, estacionamento ordenado, mobilidade pedonal e acessibilidade para todos os utentes — incluindo pessoas com mobilidade reduzida. Avançar com concessões sem resolver previamente estas falhas estruturais é, no nosso entender, inverter prioridades e comprometer a boa gestão do espaço. -----

Também destacamos a ausência de mecanismos de auscultação pública e de diálogo com as associações locais, operadores turísticos e entidades ambientais, o que enfraquece ainda mais a legitimidade e transparência do processo em causa. -----

Para além destas preocupações, é importante referir que, no que respeita ao ponto 3 da proposta, existem dúvidas quanto à legitimidade da propriedade do terreno objeto da concessão. Esta incerteza levanta sérias questões legais e éticas sobre a viabilidade do processo, podendo expor o município e os futuros concessionários a litígios ou impasses administrativos que devem ser previamente esclarecidos, com transparência e rigor jurídica. -----

Por todas estas razões, a Bancada do PSD votou contra os pontos 2 e 3 da sessão de 21 de fevereiro de 2025. Reafirmamos a nossa defesa de um modelo de gestão das praias que respeite o ambiente, valorize o interesse público e promova o equilíbrio entre a iniciativa privada e o usufruto coletivo do património natural. Nazaré, 21 de fevereiro de 2025, O Grupo do PSD”. -----

- Usou da palavra o Senhor Vereador Salvador Formiga, para prestar esclarecimentos: que efetivamente esteve um freguês de Famalicão na reunião de Câmara, que diz que parte do terreno e não a totalidade será sua propriedade — que efetivamente existe na APA um início de um pedido de marcação do limite da zona marítima e que deu entrada

no dia 20 de junho de 1997 e que se passaram 28 anos. Que foi preciso levar o procedimento para abertura de um concurso público para a colocação/instalação de um apoio de praia a reunião de Câmara, para o Senhor se lembrar que tinha lá um terreno. Que, na altura, o Instituto da Água, solicitou mais dados em que o Senhor nunca respondeu! Que, entretanto, a Lei que permitia que esse terreno fosse de alguma forma, reivindicado pelos proprietários, em que determinava que haveria um prazo para se poder fazer essa situação, e que o mesmo, passou há muito tempo. Que, no momento, o Senhor não conseguiu provar que o terreno lhe pertencia. Que, o parecer da APA disse que para o Senhor poder reivindicar terá de ir para Tribunal e um Juiz a definir que o terreno lhe pertence. Que, nem sequer podem expropriar o terreno e que seria uma opção para o Município. Que, naturalmente o Senhor terá os seus direitos e fará o que entender e que em reunião de Câmara mostrou a sua total disponibilidade para conversar e que aguarda. Que, até ao dia não existe nenhum processo em Tribunal e que se encontram à vontade para avançar. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho:** “Nas duas últimas reuniões de câmara veio ao conhecimento público vários factos relativos a este processo que queremos aqui mencionar. Em primeiro lugar, chegou ao conhecimento público um potencial conflito entre um alegado proprietário do terreno, que se prevê concessionar neste concurso. Perguntamos: já foram efetuadas diligências para reunir com os alegados proprietários deste terreno? Se sim, quais foram as conclusões. Em segundo lugar, ficou à vista de todos uma desarticulação entre a Junta de Freguesia de Famalicão e o executivo camarário, com projetos que se atropelam uns aos outros. Tivemos inclusivamente o secretário da Junta de Freguesia de Famalicão, em sede de Reunião de Câmara, a fazer uma longa exposição sobre os projetos daquela Junta para aquele lugar. Em resposta, tivemos o executivo a dizer, de forma indignada e escandalizada, que foram apanhados completamente de surpresa quando souberam de alguns dos projetos que a Junta de Freguesia tinha em vista para aquele terreno e para a Praia do Salgado, de uma forma mais geral. E, já depois de a reunião ter terminado, tivemos uma nova resposta do secretário da Junta de Freguesia, através de email, comprovando que afinal o executivo do PS não só sabia de tudo, como inclusivamente participou em diversas reuniões com outras entidades para colocar em prática os projetos da Junta. Gostávamos de dar a palavra ao executivo para responder e perceber quem, em todo este filme, está a falar a verdade, porque definitivamente alguém está a mentir. Sem saber de nada destas confusões internas do PS, já a CDU tinha preparado a sua intervenção onde dizia o seguinte e passo a citar: “A mobilidade é outro tema ignorado nestas propostas. Quer a Praia do Norte quer a Praia do Salgado sofre de problemas de acessibilidade, sendo fortemente dependentes do transporte individual, o que agrava o congestionamento e o estacionamento e dificulta o acesso para os residentes e visitantes. A concessão deveria prever um plano de mobilidade sustentável desenvolvido pelo Município”. Fim de citação. Isto é ainda mais evidente para a praia do Salgado. Prever um apoio de praia desta natureza sem munir aquele espaço de uma infra-estrutura adequada que dê

resposta, nomeadamente, ao estacionamento de quem para lá se dirija é, mais uma vez, incorrer no erro de não se gerir o território de uma forma integrada. Exatamente da mesma forma que votámos contra o ponto anterior, pelas mesmas razões votaremos contra este também. Mas acrescentamos ainda mais uma interrogação: vamos querer aumentar a extensa lista de processos que a câmara tem a decorrer nos tribunais? Mais uma vez apelamos que se vote contra este ponto e que, nas próximas eleições, quem o queira executar que o inclua nos seus programas eleitorais e que promova uma ampla discussão sobre os mesmos”. -----

Declaração de Voto CDU:

“Novamente voltamos a referir, tal como o fizemos no ponto anterior, que não reconhecemos legitimidade ao atual executivo para, a poucos meses das próximas eleições, abrir este concurso que pretende concessionar uma área na Praia do Salgado, por um período de 20 anos. Consideramos que isto, no mínimo, não é sensato. Ainda para mais, tendo em conta as informações vindas a público na última reunião de câmara que existem alegados proprietários daquele terreno, não seria de elementar bom senso estabelecer um diálogo com estes? Está a Câmara Municipal da Nazaré disposta a acrescentar mais processos aos 24 que já decorrem nos tribunais? Ademais, depois de ter vindo a público por parte da Junta de Freguesia de Famalicão uma clara desarticulação com o executivo, com projetos e visões diferentes para aquele espaço, é razoável avançar com este concurso nesta fase? Aqui chegados, a CDU reitera que, estando a cerca de seis meses das próximas eleições autárquicas, essa seria a melhor altura para colocar na discussão pública este projecto. Desta forma, garantimos uma discussão alargada com a comunidade e, depois das eleições, o próximo executivo estaria mandatado a executar ou não esta proposta. A pressa com que este assunto nos chega faz-nos ainda mais suspeitar das reais intenções que motivam o mesmo. Ainda assim, não queremos deixar de apontar várias críticas a esta proposta. Na nossa opinião, este procedimento concursal apresenta falhas estruturais que impedem a sua adequação às necessidades urgentes com que o município da Nazaré e particularmente a freguesia de Famalicão se confrontam. Embora reconheçamos a importância de dinamizar a economia local e criar novas infraestruturas de apoio balnear, consideramos que este modelo de concessão não responde aos desafios reais que a Nazaré enfrenta. Desde logo, parece-nos que o prazo de concessão de 20 anos é excessivo e desajustado, não permitindo ao município rever condições contratuais de forma atempada para ajustar a concessão às mudanças económicas, sociais e ambientais. Por exemplo, um prazo de 10 anos, com possibilidade de renovação mediante avaliação do desempenho do concessionário, não só seria o mais equilibrado, por garantir um compromisso sustentável que permite ao município salvaguardar os seus interesses a médio prazo, como também 1 está em linha com o que é praticado noutros municípios (por exemplo, Costa da Caparica, Figueira da Foz, Portimão, etc.). Adicionalmente, a proposta de pagamento de uma taxa fixa sem qualquer componente variável não favorece o interesse

público. O modelo deveria prever uma taxa base fixa acompanhada de uma taxa progressiva sobre a faturação anual do concessionário, garantindo que o município beneficie do eventual crescimento da exploração de uma forma justa e equitativa. Para além disso, e no mínimo, os montantes arrecadados deveriam reverter para um fundo municipal de habitação, ajudando a mitigar a grave crise habitacional que afeta a Nazaré, onde o turismo tem vindo a expulsar os residentes para a periferia, como tão bem sabemos. Outro ponto crítico prende-se com o tipo de emprego que esta concessão irá gerar. Se a preocupação central do município fosse fixar famílias jovens e combater a precariedade laboral associada à sazonalidade, os critérios de adjudicação deveriam favorecer empresas que privilegiem a contratação de residentes no concelho da Nazaré, oferecendo contratos anuais e não apenas sazonais. A promoção de emprego estável contribuiria para um desenvolvimento económico mais equilibrado. A inovação e a sustentabilidade também são ignoradas neste procedimento. O concurso deveria incentivar propostas que integram tecnologia e inovação na gestão do espaço, incluindo soluções digitais para reservas e controlo de lotação da praia, reduzindo a pressão turística no Verão e melhorando a experiência dos utilizadores. Além disso, deveria existir uma exigência clara de medidas para combater a erosão costeira e minimizar o impacto ambiental da exploração, garantindo que a concessão não acelera os problemas já existentes na orla costeira. Isto parece-nos uma falha demasiado crítica para ser ignorada. A mobilidade é outro tema ignorado nestas propostas. A Praia do Salgado sofre de problemas de acessibilidade, sendo fortemente dependente do transporte individual, o que agrava o congestionamento e o estacionamento e dificulta o acesso para os residentes e visitantes. A concessão deveria prever um plano de mobilidade sustentável desenvolvido pelo Município, incentivando o transporte coletivo e outras alternativas que promovessem um acesso mais eficiente e ecológico. A CDU tem uma visão estratégica para o concelho da Nazaré e ela é materializada, também, nestes procedimentos concursais, na medida em que eles espelham o que se pretende para o território. Neste sentido, esta concessão deveria ser um motor de desenvolvimento sustentável para a Nazaré, reduzindo a dependência do turismo sazonal, criando empregos qualificados e protegendo o meio ambiente. Contudo, tal como está formulado, o modelo atual favorece a exploração privada em detrimento do interesse público, ignorando os problemas estruturais que a Nazaré enfrenta. É possível fazer melhor. Reduzir o prazo da concessão, criar um modelo de taxação mais justo, garantir contrapartidas habitacionais, incentivar a inovação tecnológica, proteger a costa e melhorar a mobilidade são passos essenciais para um concurso verdadeiramente alinhado com as necessidades do município. Nestes termos, e por considerarmos que a proposta apresentada não serve o melhor interesse da Nazaré e dos seus habitantes, votamos contra a proposta e sua aprovação". -----

- Usou da palavra o Senhor Vereador Salvador Formiga, que disse que, concorda que se deva manter o diálogo e que solicitou à Dra. Carla Maurício que depois da Assembleia e em função daquilo que fosse o resultado das votações, diligenciasse junto do Senhor para que se possa conversar estando a defender os interesses do Município. Sobre a

desarticulação dos projetos, da Junta e da Câmara, que chegou à cerca de um ano, e foi um dos processos que lhe foi apresentado, em meados de junho, e que se disponibilizou para ir à APA com o secretário e o Presidente da Junta de Freguesia onde esta tinha ideias para o local e que depois de ouvir tirou as suas conclusões e que acha que a Praia do Salgado, deverá ser preservada e manter o cariz não de procura maciça, mas de um refúgio para quem quer evitar praias muito mais movimentadas e será importante dotá-la de todo o tipo de equipamentos, nomeadamente o apoio de praia. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para expressar o seu descontentamento sobre a maneira como o assunto se estará a desenvolver, nomeadamente a falta de articulação entre os membros do PS – Junta de Freguesia de Famalicão e o executivo e que quem ficará a perder será a população. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues** que prestou alguns esclarecimentos e referiu o POC-ACE (Programa de Orla Costeira Alcobaca-Cabo Espichel) será quem define as localizações e o facto da Nazaré não ter um apoio de praia, que permitirá uma melhoria /qualidade na praia. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Salvador**, para acrescentar que não percebe porque ficará a perder a população? -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão**, que depois de cumprimentar, solicitou esclarecimentos sobre o ano da concessão do “Bubas”? Que, a política de concessões do PSD, será não honrar os futuros executivos, de poderem ser eles a escolher, o que pretendem para essas zonas. Que, a legitimidade, será a partir de agora. Que, agora, a partir de agora, que se terá legitimidade para decidir o futuro a vinte anos e que já foi ali, mais do que provado, no entender do PSD, não existe legitimidade do executivo de fazer uma concessão por vinte anos. Questionou, qual seria a pressa? **Interveio a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para em resposta ao Senhor Vereador Orlando Rodrigues, dizer que, gostaria de lançar o desafio, que viesse da sua casa no meio do verão e estacionasse o carro e depois usar uma cadeira de rodas, ou muletas e tentar ir para a praia para se comprovar se a praia será acessível? Que, como comprovativos do que poderá ser oneroso ou não, terá a questão do teleférico, a título de exemplo. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues**, que relativamente à concessão do Bubas, disse que, foi um equipamento que foi gerado, sem saber em que termos, veio do mandato do Presidente Luís Monterroso, anos 90, e que será uma subconcessão, equipamento da APA, ao Município da Nazaré e gerido durante 20 anos pelo Engenheiro Jorge Barroso e que chegou ao ponto que chegou e que o herdaram completamente degradado. -----

Aprovado por maioria com onze votos a favor, nove votos contra e duas abstenções. ----

4. MINUTA DE CONTRATO PROGRAMA – CARSURF 2025 (Para apreciação e votação)

- *Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, para saber quais as medidas que irão ser implementadas?* -----

- *Usou da palavra o Senhor Vereador Salvador Formiga para responder:* -----

- *Que, sobre a questão do défice, será algo que dificilmente deixará de acontecer, porque se estará a falar de uma infraestrutura que terá um propósito de catapultar e de criar condições para que os surfistas com menos condições financeiras possam vir à Nazaré e usufruir das “ondas” no sentido de poderem evoluir do ponto de vista desportivo e pessoal. Que dificilmente, dará lucro, porque a forma como foi desenhada, também não permitirá. Que, era uma infraestrutura que dava bastante prejuízo, que houve funcionários que saíram para outras funções na Câmara, outros que se reformaram, e uma reavaliação daquilo que era efetivamente necessário do ponto de vista dos recursos humanos.* -----

Declaração de Voto PSD:

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar declaração de voto contra, no ponto 4, desta Assembleia de 21 de fevereiro de 2025 – Minuta Contrato Programa CARSURF 2025, pelas seguintes razões: -----

Considerando que, considerando que estes protocolos entre a Nazaré Qualifica e o Município configuram, no nosso entender, uma forma do executivo municipal e dos seus serviços municipalizados não serem fiscalizados e “fugirem” ao controlo, por parte da oposição camarária e da Assembleia Municipal da gestão da Nazaré Qualifica de matérias que são da competência dos órgãos democraticamente eleitos. -----

Considerando que, esta bancada reconheça a grande importância daquele equipamento – CARSURF – e da importância de ali recebermos atletas e agentes desportivos, consideramos que deverá haver uma maior preocupação na gestão financeira do mesmo, sendo que os deficits apresentados nas contas do CARSURF sendo maioritariamente constituída por capitais públicos, que levam-nos a crer que a gestão não está a ser suficientemente criteriosa, pelo que, sendo nós um Município endividado e que mantém os impostos no máximo aos seus munícipes, o nosso sentido de voto não poderia ser outro senão o voto contra”. Nazaré, 21 de fevereiro de 2025. O Grupo do PSD. -----

- Intervenção CDU:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais, Senhores Membros do Executivo, tal como sempre temos referido, e mantendo a nossa posição de princípio relativamente aos contratos-programa e à transferência de verbas e poder para a Nazaré Qualifica (NQ), a CDU votará contra este contrato. No entanto, após analisarmos os documentos,

voltamos a levantar uma dúvida relevante: verifica-se uma redução muito significativa no valor anual deste contrato. No ano passado, o custo para a Câmara Municipal foi de 261 mil euros. Este ano, propõe-se realizar o mesmo trabalho por pouco menos de 116 mil euros, ou seja, menos de metade do valor anterior. Esta redução levanta-nos sérias dúvidas. Questionamo-nos: -----

- pagou-se a mais em anos anteriores?

- ou estará agora a ser pago o valor justo? É importante recordar que apenas neste mandato (2021-2025), a Câmara Municipal já transferiu mais de 1 milhão de euros para a Nazaré Qualifica através de contratos-programa semelhantes. O montante exato ascende a 1 milhão, cento e sessenta e um mil, cento e setenta e sete euros, com sessenta e quatro cêntimos. Dada a magnitude destes valores e as incertezas que persistem, reafirmamos a nossa posição e mantemos o nosso voto contra este contrato. Muito obrigado. Caso seja necessário:

2021: 179.499,96€

2022: 294.900,00€

2023: 310.000,00€

2024: 261.000,00€

2025: 115.777,68€”.

Aprovada por maioria com doze votos a favor, nove votos contra. A Senhora Deputada Telma Ferreira, não votou o ponto, declarando conflito de interesses. -----

5. PROPOSTA TRANSPORTES PÚBLICOS E RODOVIÁRIA (Para apreciação e votação)

A Senhora Deputada Telma Ferreira, regressou à sessão. -----

- Intervenção CDU:

“Senhor Presidente,

Gostaríamos de começar por reconhecer a qualidade do trabalho apresentado pelos serviços, destacando a forma detalhada e explicativa com que a informação foi disponibilizada. Trata-se de um documento claro e bem estruturado, o que facilita a análise deste tema complexo. Deixamos aqui os nossos parabéns a quem elaborou este trabalho. -----

Este é um assunto de grande complexidade e impacto político, exigindo uma reflexão

profunda sobre os melhores caminhos a seguir, para que possamos tomar a melhor decisão possível em defesa do interesse público municipal e geral. -----

O que nos é proposto, em resumo, é a aprovação das propostas apresentadas nas páginas 11 e 12 da informação. Importa recordar que nós, na CDU, em sede de Assembleia Municipal da Nazaré, a 30 de setembro de 2016, votámos contra a transferência de competências no transporte rodoviário de passageiros da Câmara Municipal para a Comunidade Intermunicipal do Oeste (CIM-Oeste). A nossa posição baseou-se na convicção de que esta transferência não beneficiaria as populações locais, pois a entidade que assumiria a gestão não possuía capacidade instalada, nem infraestruturas de transporte, nem terminais rodoviários, nem meios humanos, nem fundos suficientes para assegurar um serviço eficiente. -----

Na declaração de voto da altura, afirmámos e passo a citar: -----

"...não podemos deixar de salientar que, nas atuais situações de constrangimentos que se colocam ao poder local, o essencial será deixar de confundir práticas de desconcentração com políticas de descentralização, combater práticas institucionalizadas de forçar as associações de municípios, como sucede no atual modelo das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais, e combater o subfinanciamento que continua a afligir o poder local." Fim de citação.

Dissemos ainda e volto a citar: -----

".... Também neste aspeto, era importante reforçar que se torna essencial a garantia prévia de que, qualquer que seja o modelo e a forma de descentralização, deve existir a garantia da manutenção e reforço do serviço público." Fim de citação. -----

Passaram-se mais de oito anos e ainda não há uma organização eficaz nem autorização do Tribunal de Contas para a criação da empresa intermunicipal de transportes. Em 2022, votámos a favor da recomendação enviada, pois acreditávamos que finalmente se começaria a ver algum avanço concreto. -----

Ora, o que está agora em causa é a definição de quem deve prestar este serviço público e de que forma. Para nós, a resposta é clara e inequívoca: sempre pelo sector público, sempre em nome do povo e dos trabalhadores. -----

As autarquias locais, por estarem na primeira linha de contacto com as populações, devem ser as principais responsáveis pela gestão deste serviço e devem ser devidamente financiadas para esse efeito. Quando dispõem dos meios e das infraestruturas necessárias, como é o caso da Câmara Municipal da Nazaré, não pode haver dúvidas de que a gestão deve permanecer sob alçada municipal, garantindo a sua manutenção e

otimização dos recursos públicos. -----

No entanto, apesar de o enquadramento legal estar aparentemente assegurado e de o executivo se responsabilizar pela criação dos regulamentos em falta, não podemos ignorar a possibilidade de litígios com a operadora privada que reclama a detenção da operação dos transportes no município. Aliás, os documentos apresentados contêm dois pareceres jurídicos com interpretações contraditórias, o que nos suscita mais dúvidas do que certezas sobre quem terá razão neste diferendo. -----

Neste contexto, e tendo em conta que não participámos nas reuniões preparatórias e que a nossa decisão tem por base exclusivamente os documentos enviados, entendemos que a posição mais prudente é a abstenção. Assim, não inviabilizamos a proposta, mas também não tomamos partido por nenhuma das visões opostas expressas nos pareceres jurídicos. Muito obrigado". -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que quis trazer novamente um assunto que não ficou esclarecido em reunião de Câmara – relativamente à concessão do bar que consta do Terminal Rodoviário e solicitou informações. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara**, para prestar esclarecimentos: que a proposta resultou de uma reunião que fizeram com o executivo e com a Comissão Executiva da Cimo- Este, rodoviária e todos os elementos envolvidos estarão de acordo com a proposta apresentada. Que, se estará a falar de um projeto, que sempre privilegiaram o interesse público e que irá surgir a seu tempo um Regulamento que atestará toda essa dinâmica. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina**, que disse que já teve oportunidade de enviar uma comunicação ao Senhor Presidente, e que não se poderá esquecer que foi votada em sede de Assembleia, a questão da aquisição dos 51% da barraqueira, para a Constituição da Empresa. Que, no entanto, até à presente data, ainda não foi visado pelo Tribunal de Contas, e não se sabe o que dali, advirá. Que, em janeiro, houve uma alteração do Regulamento por parte da Autoridade da Mobilidade e do Transporte, que veio criar outras exigências no âmbito daquilo que serão a gestão dos terminais, que passará por ser necessariamente feita pelo operador de transportes, que a Câmara Municipal, também o será, e que tem acompanhado. Que, dia 24 se terá a inauguração, estando todos convidados para o efeito, e que após essa data, já promoveram com a comunicação para todos os operadores de transportes públicos que terão o direito, de poder ali parar naquele cais de embarque. Que, se irá implementar, o "Soft Opening" – medida provisória onde irão oscultar tanto os operadores como visualizar e monitorizar as suas entradas. Os Serviços Municipalizados irão deslocalizar a unidade de transportes rodoviários para o terminal onde farão esse acompanhamento. Que, durante esse período de tempo irão promover com a alteração do contrato Interadministrativo, tendo que ser adequado à nova decisão e diligenciar tudo o que for necessário para quando se tiver o Regulamento estiver em vigor os recursos humanos estejam devidamente

formados. *Interveio a Senhora Deputada Tânia Gandaio, para perguntar* ... e sobre a concessão do Bar"? Respondeu a Senhora Vereadora Regina, que honestamente, o seu foco, será a gestão das linhas e a operação com os transportes públicos. Sobre o bar, disse que, será uma decisão para ser tomada pelo executivo, mais tarde, de forma a perceber se os Serviços Municipalizados poderão lançar ou não, essa concessão, ou se a Câmara Municipal. -----

Declaração de Voto – PSD

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar declaração de voto contra, no ponto 7, desta Assembleia de 21 de fevereiro de 2025 – Minuta Contrato Programa CARSURF 2025, pelas seguintes razões: -----

Considerando que, considerando que estes protocolos entre a Nazaré Qualifica e o Município configuram, no nosso entender, uma forma do executivo municipal e dos seus serviços municipalizados não serem fiscalizados e “fugirem” ao controlo, por parte da oposição camarária e da Assembleia Municipal da gestão da Nazaré Qualifica de matérias que são da competência dos órgãos democraticamente eleitos. -----

Considerando que, esta bancada reconheça a grande importância daquele equipamento – CARSURF – e da importância de ali recebermos atletas e agentes desportivos, consideramos que deverá haver uma maior preocupação na gestão financeira do mesmo, sendo que os deficits apresentados nas contas do CARSURF sendo maioritariamente constituída por capitais públicos, que levam-nos a crer que a gestão não está a ser suficientemente criteriosa, pelo que, sendo nós um Município endividado e que mantém os impostos no máximo aos seus munícipes, o nosso sentido de voto não poderia ser outro senão o voto contra. Nazaré, 21 de fevereiro de 2025, O Grupo do PSD”. -----

Aprovada por maioria com dezoito votos a favor e quatro abstenções. -----

6. REPRESENTANTES (CIDADÃO ELEITOR) NA COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ DA NAZARÉ (NOMEAÇÃO)

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para dizer que, em Comissão Permanente, foi-lhe pedido para aferir dois membros que faltavam ou mais. Que, falou com a Presidente da Comissão, e que se terá de nomear dois nomes. Solicitou às bancadas e aos líderes para facultarem dois nomes. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, e disse que, o PSD se esforçou na questão de nomear alguém, e que apresenta o nome de Edmundo Bandeira Eustáquio e que lamenta tudo o que se tem vindo a passar com a CPCJ. -----

- Intervenção da CDU:

“Senhor Presidente,

Tendo em conta as constantes notícias que têm vindo a assombrar a CPCJ da Nazaré, gostaríamos de fazer aqui o exercício oposto: reconhecer o que de positivo foi feito pelos cidadãos eleitores que esta Assembleia nomeou e que agora terminam o seu mandato. A CDU gostaria de reconhecer, porque é apenas justo fazê-lo, o trabalho desenvolvido por estes cidadãos na comissão alargada da CPCJ. Este é um trabalho notório e representa um contributo de valor inigualável para a nossa comunidade. Da nossa parte, deixamos uma nota de sincero agradecimento pelo empenho e dedicação demonstrados ao longo do seu mandato. Para além do regular funcionamento da comissão alargada, que inclui o acompanhamento e análise das atividades da CPCJ, estes membros desenvolveram um conjunto de iniciativas que enriqueceram ainda mais o trabalho desta instituição. Damos um reconhecimento especial às iniciativas promovidas junto da comunidade escolar e às soluções apresentadas e implementadas na articulação interinstitucional, fundamentais para uma resposta mais eficaz e integrada às necessidades das crianças e jovens do nosso concelho. Não podemos, contudo, ignorar a crescente dificuldade em encontrar cidadãos que aceitem assumir estas funções. Para além da pesada responsabilidade que estas funções acarretam, a atual situação que a CPCJ da Nazaré atravessa tem tornado ainda mais difícil o envolvimento de novos membros. É essencial que esta Assembleia reconheça que a nomeação dos membros da CPCJ é uma responsabilidade que deve ser assumida de forma proporcional à força dos partidos representados neste órgão, tal como é fundamental que as forças políticas que governam o nosso concelho assumam a sua quota parte de responsabilidade nesta situação. 1 Face ao exposto, reconhecemos o mérito e a dedicação dos cidadãos que agora cessam funções nesta comissão e reafirmamos o nosso compromisso na luta por mais meios e melhores condições para a proteção das crianças e jovens. Reconhecer o papel destes cidadãos é o mínimo que esta Assembleia pode fazer. Muito obrigado". -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, quis agradecer, às pessoas que irão ser substituídas, nomeadamente à Dra. Sandra Baltazar e à Dra. Lara Lopes e que tendo a Dra. Sandra sido por eles nomeada, quis também agradecer o esforço e trabalho efetuado por ambas, na Comissão.

Foram propostos para nomeação, os seguintes nomes:

1 – Edmundo Bandeira Eustáquio – Aprovado com dezanove votos a favor e três abstenções. -----

2 – José Alexandre Serra Sales – Aprovado com dezassete votos a favor, três votos contra e uma abstenção. -----

- Sendo zero horas, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou à consideração da mesma, a continuação dos trabalhos, sendo aprovada por unanimidade, a sua continuidade.

7. NOVO CÓDIGO DE CONDUTA DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ (Para conhecimento)

Intervenção da CDU:

“Perguntamos apenas se além das alterações colocadas neste documento do Código de Conduta, após a observação do vereador da CDU na reunião do executivo onde este assunto foi deliberado, se existem mais algumas alterações que tivessem sido feitas? (Se disserem que não, temos de aceitar a informação.) Quanto ao Artigo 10.º - Ofertas Institucionais “6. Compete ao Gabinete de Apoio à Presidência assegurar um registo de acesso público das ofertas nos termos do presente artigo.” Isto já existe e está acessível ao público?”. -----

- Usou da palavra a Dra. Helena Pola, para responder: que será uma das inovações do Código – que já existe um código da conduta, que já foi aprovado em 2018. Que será uma versão que contempla outros itens e que enquanto propositura do mesmo, entendeu, e faça à legislação vigente, e boas práticas, propor ao executivo, e que essa medida, não constava do anterior. Que, já foi aprovada, comunicada ao mecanismo nacional anticorrupção, dentro do prazo e que vem à Assembleia para conhecimento, que se encontra no site, e que todos os interessados podem verificar. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

8. NOVO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ (Para conhecimento)

Intervenção da CDU:

“Senhor Presidente,

Relativamente à discussão deste ponto, a CDU considera pertinente questionar a eficiência dos planos obrigatórios de prevenção da corrupção. Pelo que temos conhecimento, a implementação destes planos nas entidades públicas parece não ter produzido resultados visíveis, uma vez que não conhecemos qualquer caso concreto que tenha sido identificado e tratado especificamente por meio destes mecanismos. Admitimos, contudo, que possa ser uma falha nossa no acesso à informação e não uma ausência total de intervenções. No documento que recebemos, há uma referência recorrente à necessidade de criação de um gabinete de auditoria. Assim, gostaríamos de colocar algumas questões: -----

1. Desde quando esta informação consta no Plano? Qual é o prazo previsto para a criação deste gabinete no Município da Nazaré? -----

2. Os eleitos locais estão também abrangidos por este Plano? Se sim, de que forma?

3. Os relatórios previstos neste Plano têm sido realizados dentro dos prazos estipulados? E se sim, este órgão executivo tem acesso ao seu conteúdo? -----

4. Já houve casos detetados pela aplicação das normas deste Plano? Em caso afirmativo, quais foram as medidas adotadas para dar seguimento a essas situações? -----

5. Quem é o responsável máximo pela aplicação e gestão do Plano? Trata-se de um trabalhador do município, de um nomeado ou de um eleito? Estas são questões fundamentais para aferir a seriedade e a operacionalidade das medidas de combate à corrupção no nosso município. O combate à corrupção deve ser uma prioridade efetiva e não apenas uma formalidade nos planos de gestão das autarquias. A transparência, o controlo e a responsabilização são pilares essenciais de uma administração pública que verdadeiramente sirva o interesse da população. Ficamos a aguardar respostas claras e concretas sobre estas questões. -----

- Gostariamos ainda de adicionar uma outra dúvida: foi de alguma forma executado o anterior plano no famoso caso das garoupas que envolveu o ex-presidente da Câmara Municipal da Nazaré, Dr. Walter Chicharro? E sobre o custo de ajudas de representação que o mesmo autarca pediu para uma reunião com investidores estrangeiros que, afinal, foi feita por videoconferência? De facto, estes planos só são interessantes se saírem do seu plano teórico e passarem para o plano prático. E isto não é uma dúvida apenas levantada pela CDU. Até a presidente do Tribunal de Contas admitiu ontem, em entrevista à Renascença, que as autarquias vivem um contexto “que cria oportunidades de práticas ilegais”. -----

- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola, para responder:** que nunca houve nenhum registo, de qualquer ato de corrupção no Município da Nazaré, quer detetado internamente quer externamente. Que, o código, também sofreu algumas medidas tendentes às boas práticas, em que inclusivamente a parte dos eleitos locais estará abrangida também no documento. Que o Gabinete de auditoria será uma medida de boa prática, que não o temos no organograma e que deve constar do plano e que na sua opinião técnica deveria avançar no Município da Nazaré e que será uma decisão política e que defende esse gabinete porque também ela, pelo gabinete que representa, será alvo de fiscalização. Que, houve uma evolução em relação às informações que deu em reunião de Câmara, porque à data lhe foi colocada uma questão relativamente aos relatórios de execução, e que na altura mencionou que havia setores que já tinham esses relatórios entregues e que outros, não tinham. Que, o prazo para fazer a colocação do documento, no mecanismo nacional anticorrupção, cessava no dia 14 de fevereiro e que digo que o relatório, foi entregue completo e com toda a informação solicitada e que se encontra para consulta no site. Que, à data da deliberação em reunião de Câmara, era ela, nomeada pelo Senhor Presidente da Câmara, sendo responsável pelo cumprimento normativo. Que, à data teve algumas dúvidas, quando surgiu a necessidade de introdução de documentos, no MENAC – e dirigiu uma questão por e-mail, para perceber se, como Chefe de Divisão, poderia ser nomeada responsável, pelo cumprimento normativo. Como não obteve resposta, atempadamente, propôs ao Senhor Presidente a elaboração. Que, recebeu a resposta há cerca de dois dias e não poderá ser a responsável e terá de ser um

*dirigente superior, um diretor de departamento, porque um chefe de divisão não cumpre esses requisitos, tendo sido feita a revogação do despacho e o deverá ser o Senhor Presidente da Câmara o responsável, não obstante que continue a dar esse apoio técnico. Que, o canal de denúncias disponível, quer interno quer externo, encontra-se na sua gestão direta e comunicar na própria plataforma a resposta. **Interveio o Senhor Deputado Samuel Fialho**, para questionar, que se por acaso receberem uma denúncia de um presidente de uma Câmara decide “comprar garoupas com o dinheiro das cantinas dos alunos...” – questionou, se tal situação, hipotética, poderá entrar no âmbito do novo plano? **Respondeu a Dra. Helena Pola**, que sim, que pode, se for feita a denuncia será apreciada internamente, como qualquer outra e deverá ser feita a participação ao Ministério Público. -----*

A Assembleia tomou conhecimento.

9. ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES – ANO 2025 – NAZARÉ QUALIFICA, E. M. UNIPESSOAL, LDA. (Para conhecimento)

- Intervenção da CDU:

“A Nazaré Qualifica, sendo uma empresa municipal, deve ter como principal objetivo servir a população da Nazaré e garantir a gestão pública dos serviços essenciais e dos restantes englobados no seu objeto social. No entanto, o Plano de Atividades e Orçamento para 2025 revela uma preocupação crescente com a exploração comercial de equipamentos e espaços públicos, desviando recursos de áreas prioritárias para a qualidade de vida da população. Para a CDU há pontos críticos a abordar nesta intervenção, como sejam: -----

- *consideramos falta de transparência a inexistência de uma definição clara de objetivos, porque no plano de atividades e orçamento são genéricos e pouco detalhados, não especificando métricas claras para avaliação do desempenho da empresa municipal.*

- *na expansão do papel da empresa na fiscalização e gestão urbana, a Nazaré Qualifica assume mais responsabilidades na fiscalização de estacionamento e gestão de espaços urbanos, funções que deveriam ser desempenhadas diretamente pela Câmara Municipal, garantindo maior controlo público e evitando possíveis conflitos de interesses. -----*

- *verifica-se que a dependência da Câmara Municipal é grande porque parte das receitas advém de contratos-programa com o município, ou contratações in-house e prestação de serviços à Câmara, o que levanta questões sobre a real necessidade de manter esta estrutura separada da gestão direta do município, a não ser pela atual impossibilidade de contratar da câmara. -----*

- *A análise financeira é elucidativa do que dissemos antes. Verifica-se que as receitas e modelo de financiamento têm as suas principais fontes em: -----*

- Contrato-programa com a Câmara Municipal da Nazaré. (Carsurf.) -----
- Exploração de parquímetros e estacionamento (Cândido dos Reis e zonas de duração limitada). -----
- Venda de lotes na Área de Localização Empresarial de Valado dos Frades. -----
- Venda de produtos da marca própria "Praia do Norte". -----
- Patrocínios E receitas de publicidade (Principalmente nos eventos da CMN.) -----

A crítica da CDU não sendo nova, continua a ter de acontecer pois verifica-se claramente que a empresa municipal depende fortemente de transferências do município, o que significa que, na prática, são os munícipes que financiam as suas operações sem um controlo direto sobre a sua eficiência e gestão. Prova disso é o que está a acontecer nos terrenos desocupados e em arruamentos e passeios da ALE do Valado dos Frades, onde ali se verifica que existe vegetação que não é cortada e estradas e passeios já com bastante degradação e sem a necessária manutenção. Ou seja: para vender os terrenos está cá a Nazaré Qualifica, mas para limpar e arranjar, quem está? Podem até transferir parte dos lucros para a câmara anualmente. Esses lucros são quase exclusivamente provenientes das coimas aplicadas aos munícipes e aos turistas que se descuidam e estacionam os seus veículos em zonas pagas, sem pagarem. Ou seja: como temos dito, são os mesmos de sempre a financiar uma autarquia onde tudo é pago a peso de ouro, mas os serviços prestados deixam sempre muito a desejar. Este é onde os direitos e qualidade de vida dos munícipes não são claramente uma prioridade. Apesar de a empresa ter no seu objeto social áreas essenciais como abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos, não há investimentos concretos previstos para melhorar estes serviços. Em vez disso, priorizam-se: -----

- 100.000€ para novos parquímetros, intensificando a política de estacionamento pago sem alternativas reais para os residentes. -----
- 50.000€ para reabilitação do parque de estacionamento Cândido dos Reis, mas sem uma estratégia clara de mobilidade sustentável. -----
- Promoção comercial da marca "Praia do Norte", enquanto sectores fundamentais como cultura, desporto e ação social aparecem de forma marginal. Perguntas essenciais para o executivo municipal, são: o que ganha a população da Nazaré com estas opções? Onde está o investimento real para garantir serviços públicos acessíveis e de qualidade em todo o concelho? A dependência da câmara e a ilusão de autonomia financeira estão à vista e colocam um conjunto de questões sérias: -----

1. Estamos perante uma estrutura criada para desorçamentação municipal, permitindo esconder despesas reais nos números do orçamento da autarquia? -----

2. Esta empresa serve para melhorar os serviços municipais ou para criar uma barreira entre a população e o poder local, dificultando a exigência de responsabilidades? -----

A CDU defende uma política de proximidade, onde a gestão dos serviços municipais seja feita com transparência e auscultando a participação popular, sem empresas que funcionam como intermediárias sem controlo direto dos cidadãos. -----

Notas: Resumo do que referimos aparece nos custos de: fornecimentos e serviços externos, 846.423€; Gastos com pessoal, 2.017.984€ (indicando uma elevada dependência de mão de obra)". -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

10. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS – DECLARAÇÕES - CMN (Para conhecimento)

A Assembleia tomou conhecimento. -----

11. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS – DECLARAÇÕES - SMN (Para conhecimento)

A Assembleia tomou conhecimento. -----

12. GMT – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – (Para conhecimento). -----

- Intervenção da CDU:

“Agradecemos as informações dos serviços colocadas neste relatório, que lemos com atenção e que iremos também acompanhar os desenvolvimentos, particularmente nas obras referentes à construção de novas vias, como a elencada Circular Interna do Sítio, ou a remodelação e renovação de outras que ali não constam, como sejam a Avenida da Nazaré em Valado dos Frades e a Estrada do Farol e envolvente, ou a Estrada Nacional 242, 8-5, por exemplo. Não sei se está aqui alguém que faça parte deste gabinete e que nos possa responder a uma pergunta. Há já dois anos a CDU sugeriu, primeiro em sede de reunião de câmara e depois em sede de Assembleia Municipal, uma solução alternativa para escoar o trânsito que a hora de entrada na Escola Amadeu Gaudência provoca. A solução passava por fazer uma ligação direta do parque de estacionamento que serve o Estádio e o Pavilhão Municipal à estrada Nacional 242. Na altura o ex-presidente da câmara disse que ia ponderar e que ia perguntar ao gabinete qual seria a sua opinião sobre essa matéria. Gostaríamos de perguntar: este gabinete alguma vez recebeu formalmente um pedido de análise desta sugestão? Também propomos que vejam com muita atenção a necessidade de uma saída dos autocarros da nova gare do Terminal Rodoviário, para que se possa desenvolver uma saída mais facilitada, ainda mais agora que se começaram ali perto as obras de construção do Funicular da Pederneira. Deixamos este alerta e agradecemos uma vez mais as informações”. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

13. RELATÓRIO E CONTAS – FESTAS DO SÍTIO 2024 (Para conhecimento)

Intervenção da CDU:

“Na análise aos documentos e aos nomes das empresas que mencionamos à frente, queremos deixar registado que nada temos contra tais empresas ou prestadores de serviços. A nossa análise é política e apenas as referimos para consubstanciar o que dizemos. -----

1. Numa autarquia tão endividada, onde estes executivos afirmavam que até para comprar parafusos pediam 3 orçamentos, o Sr. presidente dá instruções para se fazer convite a apenas um fornecedor, desde logo no caso da aquisição das alcatifas à empresa Rui Silva e Irmão!!! Sabia o Sr. Presidente se havia fornecedores de alcatifas que praticassem um melhor preço??? Ou praticassem outros valores no desenvolvimento da sua atividade onde o município pudesse fundamentar a sua preferência? -----

2. Porquê o convite único e direto à PG Booking para agenciar e produzir estes espetáculos? Não havia alternativas locais? Fez-se essa pesquisa? Quem foram as outras entidades consultadas para se concluir que esta é que apresentava os preços mais baixos? -----

3. Ao grupo Vendap a mesma coisa – gestão de resíduos, transporte e geradores. Mais um convite sem consulta a outros fornecedores? -----

4. A mesma coisa com a empresa Barequi Unipessoal, Lda. – Mais um convite direto e sem consulta a outros fornecedores!!! -----

5. Serviços de limpeza adjudicados à Carmo e Correia – Condomínios, Lda. Aqui parece que houve consulta a outras empresas. A CDU vem desta forma requerer, aqui também, que nos enviem as propostas alternativas preteridas nesta consulta. -----

6. Também com a Acordo, Comércio de Equipamentos Elétricos, apenas se afirma que a escolha resulta de uma auscultação prévia ao mercado, mas não indicam que fornecedores contactaram para optar por este! -----

7. Num outro momento – relativamente à aquisição de material elétrico – voltam a fazer convite direto e apenas à Acordo. -----

8. Para fornecimentos de palco 10.455 euros, voltam a fazer ajuste direto, contrariando tudo o que sempre afirmavam e que acusavam outros de o fazer como um ato de má gestão; -----

9. No final, 168.942,00 euros foi o montante assumido pelo município! No entanto falta saber que atenuantes financeiras podem reduzir o resultado negativo desta operação, cronicamente mal desenhada, mal pensada, mal materializada. -----

O executivo municipal, com as justificações que dá, até parece que o único objetivo que o levou a lavrar um protocolo e a adotar um modelo de cooperação para materializar estas festas, foi a de livrar-se de responsabilidades caso as coisas corressem mal, tal como correm e tal como sempre aconteceu em anos anteriores. O mal não foi do protocolo nem do conceito adotado, foi da capacidade de monotorização e execução atempada de todas as fases do projecto por parte do executivo municipal do PS. Atirar agora todas as culpas para a ACISN é fácil. Aliás, o seu responsável já veio aqui também justificar que algumas coisas correram mal, mas não totalmente com a responsabilidade da ACISN. Lembramos aqui algumas das afirmações, tendo em conta a existência ou não de verbas para pagar a artistas que de manhã não havia nada para ninguém e que à tarde, misteriosamente, já havia!!! Isto tudo em cima da realização das festas!!! Quem é que pode organizar eventos assim???? No relatório enviado só falta mesmo, mas já é habitual, a assunção de responsabilidades do PS e dos seus executivos, por não terem a capacidade, em tantos anos, de realizar umas Festas do Sítio dignas desse nome, que projetem, tanto a nossa cultura popular, como a nossa cultura erudita, tendo por base um dos momentos religiosos e culturais mais relevantes do nosso concelho! Essas responsabilidades nunca aparecem”. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para dizer que a bancada do PSD, apenas pretende salientar que, constatarem que se passou de um relatório de contas das Festas do Sítio de 2023 de 91.444€ para 168.942€, o que reflete essa eficácia, constatando que as Festas pouco ou nada já trazem à população da Nazaré com a sua fraca participação nas mesmas, trazendo ali, a reflexão para que no próximo ano, não sendo o mesmo executivo, se encontre uma forma de acautelar esses prejuízos, que têm vindo a acumular-se de ano para ano, e repensar as Festas do Sítio. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão**, que sobre o relatório disse, que apesar de estar mais completo, encontrando-se em falta, alguns valores. Que, se existe aquisição de material elétrico, alguém teve de o pôr, certo? Que, devem ter havido horas extraordinárias? Que, não vê esses valores, em número. Que, apesar de se ver alguma referência, em número não se vê, e que irá alterar o valor total dos custos. Quis saber, se esses valores foram contabilizados? -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara**, para responder: que de uma forma geral, não estarão a culpar a ACISN. Que, tinham uma parceria, que culminava no trabalho desenvolvido pela ACISN, que foi aprovada em reunião de Câmara e que remetia para a própria ACISN todo o pagamento da música/palcos e quando chegaram

ao último dia não havia nada feito. Que se “socorreram” daquilo que a lei permite, que será um ajuste direto. Que, os agentes, não tinham na sua posse, nenhum documento que comprovasse alguma ligação ao respetivo espetáculo e que ainda hoje esperam que o documento fique completo e que gostariam de evitar, usar os meios legais. Que, assumem que as coisas correram mal! Que, as festas irão continuar no mesmo sítio e que já as estão a organizar, de forma atempada. -----

A Assembleia tomou conhecimento.

14. CONCURSO PÚBLICO – CAMPOS DE PADEL – CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO (Para conhecimento)

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para dizer que sobre aquilo que seria um grande empreendimento para o futuro, lamentam terem chegado a essa situação e depois de terem destruído todos os campos de ténis que lá se encontravam! Questionou se, a ação que disseram que iriam instaurar, foi de fato instaurada? Interveio o Senhor Presidente da Câmara, que disse que não, porque, entretanto, a empresa extinguiu-se. -

- **Interveio o senhor Vereador Salvador Formiga**, para também prestar esclarecimentos sobre o assunto: - que não houve destruição nenhuma do que lá se encontrava. Que, o que lá estava, foi o que herdaram. Que, foi uma solução encontrada pelo executivo para dinamizar o local e criar novas infraestruturas desportivas e que infelizmente teve o resultado que teve, fruto de um conjunto de situações. -----

- **Usou da palavra a Senhora Dra. Helena Pola**, que prestou alguns esclarecimentos – com a extinção da empresa e do capital social, não existirão meios para se pedir uma indemnização. Que, existiram danos, que entenderam que o Município sofreu pelo facto de o promotor imobiliário não ter interposto os pedidos necessários em termos urbanísticos dentro do prazo o que fez caducar o processo, urbanisticamente – que entendeu fazer umas alterações ao projeto que não foram aprovadas, deixando decorrer o prazo e não levantou a licença, fazendo operar a caducidade do processo. **Interveio o Senhor Vereador António Absalão** para questionar se na altura quando assumiram o Município, se jogavam lá, ténis? **Respondeu o Senhor Presidente da Câmara**, que disse que tinha o pelouro do desporto e que assegura que sim e que não! Que, havia já um campo impossibilitado, com um professor de ténis também não correu bem, acabando por abandonar as aulas. Que, por vezes jogavam lá, mas que as coisas não estavam bem! **Interveio o Senhor Deputado António Absalão** para dizer que apesar de estar degradado, sempre estariam melhor, do que se encontram agora! -----

Intervenção da CDU:

“Senhor Presidente,

Esta é mais uma daquelas concessões falhadas da responsabilidade do executivo e do vereador com o pelouro que a tratou. Mais uma concessão de um espaço público a um

promotor privado mal resolvida, que não se concretizou e que, por conseguinte, prejudicou gravemente o município. Basta observar o estado atual dos campos de ténis e o valor necessário para a sua recuperação para perceber o impacto negativo desta decisão. Chama-se a isto negligência. Isto vindo de um executivo que se gaba de investir fortemente no desporto. Neste caso, este mesmo executivo limitou e de que maneira a prática de ténis aos habitantes da sede de concelho, sabendo nós que nesta matéria há modalidades filhas e outras enteadas. Não podemos deixar de relacionar este falhanço com outro caso similar e que é a concessão da parte superior da Pedralva. Iniciada em 2018 e que, até hoje, permanece inacabada, sem qualquer obra realizada no local. Contudo, já custou ao município muitas dezenas de milhares de euros só em pareceres de advogados, na tentativa de resolver o contencioso entre a Câmara e o promotor privado. Importa ainda alertar que esta concessão falhada da Pedralva, caso venha a resolver-se, poderá custar-nos muito mais de 100 mil euro, ultrapassando, de longe, qualquer lucro que a autarquia pudesse esperar nos 30 anos previstos de concessão. Negócios ruinosos como este são inaceitáveis e atentam contra o interesse público. É urgente que o executivo assuma responsabilidades, corrija estas situações e garanta que o património municipal não continue a ser lesado por concessões mal planeadas e mal-executadas. Obrigado”. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

15. MODIFICAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ NA JUNTA DE FREGUESIA DE FAMALICÃO – Ponto 141 da RC de 17.02.2025

- Usou da palavra o Senhor Vereador António Absalão que quis saber se o Presidente da Junta de Famalicão, se encontra confortável com essa alteração e com o valor que irá receber? -----

Intervenção da CDU:

“Tal como já foi referido em reunião de câmara pelo vereador da CDU... - Desde sempre não entendemos qual a fórmula utilizada na atribuição dos valores pelas competências destacadas para as freguesias, sendo que atualmente elas são bastante diferentes das iniciais. A modificação destes contratos, sendo justa e necessária, não nos parece homogênea nos valores atribuídos e nos aumentos verificados perante as competências colocadas. Analisando os valores que são aumentados este ano há uma clara desvalorização de umas freguesias perante as outras. Aumentos com diferença de apenas 500 euros quando há mais competências a cumprir relativamente à que apenas recebe a menos 500 euros, não nos parece certo, até porque a atribuição dada a uma, e não dada à outra, que detém no seu território também as mesmas áreas para poder intervir por delegação dessas competências, condiciona a ação desta última nos arranjos e manutenções necessárias no seu território. Por isso, talvez, a habitual queixa dos

fregueses da falta de intervenções de requalificação nas suas freguesias. É aqui também que os executivos das freguesias se distinguem nas suas ações e reivindicações em defesa dos seus territórios e dos seus fregueses. Mas esta situação é da responsabilidade do executivo que, neste último ano de mandato, talvez não queira que as freguesias façam muito, para virem depois poder prometer mais". -----

Aprovado por unanimidade. -----

16. MODIFICAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ NA JUNTA DE FREGUESIA DA NAZARÉ – Ponto 142 da RC de 17.02.2025.

Intervenção da CDU:

“Tal como já foi referido em reunião de câmara pelo vereador da CDU... - Desde sempre não entendemos qual a fórmula utilizada na atribuição dos valores pelas competências destacadas para as freguesias, sendo que atualmente elas são bastante diferentes das iniciais. A modificação destes contratos, sendo justa e necessária, não nos parece homogênea nos valores atribuídos e nos aumentos verificados perante as competências colocadas. Analisando os valores que são aumentados este ano há uma clara desvalorização de umas freguesias perante as outras. Aumentos com diferença de apenas 500 euros quando há mais competências a cumprir relativamente à que apenas recebe a menos 500 euros, não nos parece certo, até porque a atribuição dada a uma, e não dada à outra, que detém no seu território também as mesmas áreas para poder intervir por delegação dessas competências, condiciona a ação desta última nos arranjos e manutenções necessárias no seu território. Por isso, talvez, a habitual queixa dos fregueses da falta de intervenções de requalificação nas suas freguesias. É aqui também que os executivos das freguesias se distinguem nas suas ações e reivindicações em defesa dos seus territórios e dos seus fregueses. Mas esta situação é da responsabilidade do executivo que, neste último ano de mandato, talvez não queira que as freguesias façam muito, para virem depois poder prometer mais". -----

Aprovado por unanimidade. -----

17. MODIFICAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ NA JUNTA DE FREGUESIA DE VALADO DOS FRADES – Ponto 143 da RC de 17.02.2025

- *Interveio o Senhor Deputado António Absalão, que perguntou, o que pensa a Freguesia do Valado dos Frades sobre a transferência e valor a receber? -----*

Aprovado por unanimidade. -----

18. RELATÓRIO DE ATIVIDADES REFERENTE AO ANO DE 2024 DA CPCJ DA NAZARÉ (Para conhecimento)

Intervenção da CDU:

“Mais uma vez e no seguimento do que referirmos anteriormente, gostávamos de deixar uma nota positiva a quem de forma voluntária colabora no funcionamento da CPCJ. Queremos reconhecer as iniciativas que foram desenvolvidas por esta instituição, nomeadamente aquelas que visam a sensibilização da comunidade para diversas matérias que se relacionam com a proteção das nossas crianças. Mas posto isto, é importante referir um número que a todos nos deve preocupar: existem neste momento 40 casos ativos no nosso concelho. Isto significa que 40 crianças e jovens se encontram em situações extremamente complicadas. Se isto não merece a nossa maior preocupação, não sabemos o que merecerá. Neste contexto, importa também reforçar a posição da CDU e do PCP relativamente ao funcionamento das CPCJ. O PCP tem defendido que o Estado deve assumir plenamente a sua responsabilidade na proteção das crianças e jovens, garantindo os meios necessários para que as CPCJ possam atuar de forma eficaz. Consideramos fundamental: -----

1. O reforço do número de técnicos especializados, pois muitas CPCJ operam com uma carga excessiva de processos e falta de recursos. -----

2. Uma melhor articulação entre as diversas entidades públicas, nomeadamente a Segurança Social, a Educação, a Saúde e a Justiça, para garantir uma resposta coordenada. -----

3. Um maior financiamento e apoio às autarquias, assegurando que não são forçadas a assumir responsabilidades sem os recursos necessários. -----

4. A aposta na prevenção, para que a ação das CPCJ não seja apenas reativa, mas sim orientada para a proteção antecipada dos direitos das crianças e jovens. -----

Neste sentido, o PCP apresentou recentemente uma proposta de alteração ao Orçamento do Estado para 2025, defendendo a transferência de verbas para reforçar a contratação de técnicos especializados para as CPCJ, colmatando a falta de profissionais nas áreas do direito, psicologia, serviço social, educação e saúde. Esta proposta foi rejeitada com os votos dos partidos que mais responsabilidade têm na governação em Portugal. Que isso sirva de reflexão para todos nós aqui. -----

As CPCJ desempenham um papel essencial na defesa dos direitos das crianças, mas continuam a enfrentar desafios estruturais que limitam a sua capacidade de intervenção. A defesa de um serviço público forte e bem financiado, com condições adequadas para os profissionais que nele trabalham, deve ser uma prioridade. -----

Aqui chegados, porém, cabe ao executivo municipal assegurar que não faltem as mínimas condições para que se possa proteger de forma eficaz as nossas crianças e jovens. E aqui apontamos diversas críticas à forma como os governos do PS na Nazaré têm gerido este processo. -----

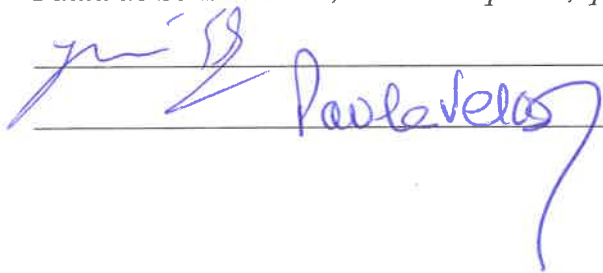
*A CDU volta a afirmar que tendo em conta os dados demográficos do nosso concelho, as nossas crianças, todas elas sem exceção, têm de ser tratadas condignamente e ser-lhes dadas todas as condições para que possam crescer num ambiente saudável e feliz. Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.ª: Contratação de técnicos para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. -----
<https://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/oe2025propostaalteracao1210C.pdf>".*

A Assembleia tomou conhecimento. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR.

Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo uma hora e vinte minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente Minuta de Ata, assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia, e por mim, Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior, que a redigi e subscrevi. -----



Paula Veloso